



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE DESENVOLVIMENTO E
GESTÃO SOCIAL**

DÉBORA RODRIGUES DA SILVA

**REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E COMÉRCIO JUSTO:
O caso da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá
(COOPERCUC) no Semi Árido Baiano**

**Salvador
2010**

DÉBORA RODRIGUES DA SILVA

REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E COMÉRCIO JUSTO:
O caso da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá
(COOPERCUC) no Semiárido Baiano

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. Genauto França Filho

Salvador
2010

Escola de Administração - UFBA

S586 Silva, Débora Rodrigues da.

Redes de economia solidária e comércio justo: o caso da Cooperativa Agropecuária Familiar, Uauá e Curaça (COOPERCUC) no semi árido baiano / Débora Rodrigues da Silva. – 2011.
98 f.

Orientador: Prof. Dr. Genauto França Filho.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2011.

1. Economia solidária. 2. Comércio - Regulamentação. 3. Administração local. 4. Rede de relações sociais. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 306.3

TERMO DE APROVAÇÃO

DÉBORA RODRIGUES DA SILVA

REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E COMÉRCIO JUSTO:
O caso da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá
(COOPERCUC) no Semiárido Baiano

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em
Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte
banca examinadora:

Prof. Dr. Genauto França Filho

Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr^a. Ronalda Barreto Silva

Universidade do Estado da Bahia


Salvador, 2010.



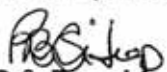
ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE DÉBORA RODRIGUES DA SILVA ALUNA DO CURSO DE MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e dez a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pelo **Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho** (CIAGS/UFBA), orientador da aluna, e pelos membros titulares **Prof. Dr.ª. Ronalda Barreto Silva** (UNEB) e **Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva** (UFRN), se reuniram para julgar o trabalho de dissertação intitulado: **"Redes de Economia Solidária e Comércio Justo: O caso da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (COOPERCUC) no Semi-Árido Baiano"** de autoria de **Débora Rodrigues da Silva**. Após a apresentação da dissertação da mestranda foi submetido à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando a conclusão que este merece ser.....APROVADO..... Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientador, pelos demais membros da comissão e pelo mestrando.

Salvador, 31 de março de 2010.


Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho
CIAGS/UFBA (Orientador)


Débora Rodrigues da Silva
(mestranda)


Prof.ª. Dr.ª. Ronalda Barreto Silva
(UNEB)


Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva
(UFRN)

Dedico este trabalho a minha família, em especial à minha mãe, que sempre me estimulou e me apoiou durante essa caminhada em busca do meu aperfeiçoamento pessoal e profissional. Aos amigos e companheiros de jornada que compartilharam comigo conhecimentos e sonhos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus sobrinhos Adrielle, Marielle, Junior, Valéria e Pedro Paulo que suportaram minhas ausências e me apoiaram no que foi possível;

Ao Professor Dr. Genauto França Filho, pela orientação e observações oportunas;

Aos amigos valiosos com os quais pude contar na construção desse trabalho;

Aos colegas de turma no curso de mestrado, pela riqueza do convívio, especialmente Lareyne e Márcia pela disponibilidade e o apoio demonstrado;

Aos colegas da Vida Brasil pelo apoio e disponibilização do tempo necessário a realização desse trabalho;

Aos empreendimentos e entidades parceiras com quem tenho compartilhado experiências e sonhos na perspectiva da construção de um outro mundo possível;

A Miroval, que me possibilitou o acesso a Rede Sabor Natural do Sertão, pela confiança e disponibilidade demonstrada;

Ao pessoal da COOPERCUC, especialmente Jussara, Dona Joana, Jussemar e Egnaldo, que me receberam de braços abertos e me facilitaram o acesso necessário à pesquisa;

RESUMO

A ideia de que as práticas das redes de economia solidária são fomentadoras do desenvolvimento local, à medida que fortalecem os empreendimentos; possibilitam a formação dos sujeitos sociais e fomentam a valorização e o aproveitamento das potencialidades locais, favorecendo o desenvolvimento de processos de produção apropriados aos territórios, tem adquirido força entre os atores do movimento da economia solidária e teóricos da temática. Nessa perspectiva, este estudo busca compreender e identificar as conexões e os fluxos existentes nas articulações em redes de economia solidária e de comércio justo presentes nas práticas da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá - COOPERCUC e na sua articulação na Rede O Sabor Natural do Sertão, considerando os elementos potencializadores do desenvolvimento local. A abordagem da temática da economia solidária, redes de economia solidária, comércio justo e desenvolvimento local, aqui elaborada, está fundamentada em Singer (1998 e 2002), Gaiger (2002 e 2004), França Filho (2001, 2006 e 2009); Mance (2002) e Silva (2008 e 2009) e serve como base para a análise da experiência da COOPERCUC, cooperativa de 141 agricultores e agricultoras familiares, localizada no Estado da Bahia, que trabalha na produção de compotas, doces e geléias de frutas nativas da região semiárida. O estudo destaca os avanços e desafios presentes nessa experiência e busca refletir sobre as redes de economia solidária como elemento de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários e o seu potencial de apoio ao desenvolvimento local.

Palavra-chaves: Economia Solidária, Redes de Economia Solidária, Comércio Justo e Desenvolvimento Local

ABSTRACT

The notion that the practices of the networks of solidarity economy foster local development has gained strength among members of the solidarity economy movement as well as theoreticians of this field, as they reinforce enterprises, enable the formation of social subjects and foster the valorization and the utilization of local potential, favoring the development of production processes which are adequate to territories.

Within that perspective, this study seeks to understand and identify the connections and the flux that permeates articulations in networks of solidarity economy and fair commerce which are present in the practices of the Cooperative of Family of Agriculture and Cattle Raising of Canudos, Uauá and Curaçá – COOPERCUC and its articulation in the Network “The Natural Flavor of the *Sertão* (Hinterlands), considering the empowering elements of the local development.

The theoretical framework utilized in this study of solidarity economy, solidarity economy networks, fair commerce and local development is grounded on Singer (1998 e 2002), Gaiger (2002 e 2004), França Filho (2001, 2006 e 2009); Mance (2002) e Silva (2008 e 2009). It also grounds the analyses of the experience of COOPERCUC, a cooperative that congregates 141 family agricultural workers and cattle raisers, located in the state of Bahia, a cooperative that produces candy, jelly, and compotes with regional fruit from the semi-arid region. The analysis highlights the advances and challenges present within this experience, seeking to reflect upon the networks of solidarity economy as a strengthening element of solidarity economy enterprises and its potential for supporting local development.

Key Words: Solidarity Economy, Networks of Solidarity Economy, Fair Commerce and Local Development

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 REDES SOLIDÁRIAS E COMÉRCIO JUSTO: ANALISANDO UM CONCEITO E DISCUTINDO UM CONTEXTO | 21 |
| 1.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA: DO QUE SE TRATA | 28 |
| 1.2 O PERFIL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL..... | 28 |
| 1.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLITICAS PÚBLICAS | 33 |
| 1.4 ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL | 43 |
| 1.5 AS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA..... | 46 |
| 1.6 COMÉRCIO JUSTO SOLIDÁRIO..... | 49 |
| | |
| 2 REINVENTANDO PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO SEMIÁRIDO : O CASO DA COOPERCUC E SUAS ARTICULAÇÕES..... | 56 |
| 2.1 CONTEXTUALIZANDO A REDE SABOR NATURAL DO SERTÃO | 62 |
| 2.2 A COOPERCUC – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA FAMILIAR DE CANUDOS, UAUÁ E CURAÇÁ | 61 |
| 2.3 DO “COMBATE A SECA” À “CONVIVÊNCIA COM O SEMI ÁRIDO” | 54 |
| | |
| 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 84 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 82 |
| | |
| APÊNDICE | 97 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1: Evolução da Economia Solidária no Brasil | 29 |
| TABELA 2: Grupos Produtivos da COOPERCUC | 73 |
| TABELA 3: Produção COOPERCUC – 2009 | 75 |
| TABELA 4: Histórico de Produção da COOPERCUC | 81 |
| TABELA 5: Evolução no Quadro de Sócio da COOPERCUC | 82 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| FIGURA 1: Mapa dos EES articulados nos territórios | 45 |
| FIGURA 2: Comércio Justo no Brasil | 55 |
| FIGURA 3. Área de Atuação da Rede Sabor Natural do Sertão | 59 |
| FIGURA 4: Região do Semi Árido da Bahia | 62 |
| FIGURA 5: Comercialização de Umbu “In Natura” nas ruas da cidade de Juazeiro/Bahia..... | 66 |
| FIGURA 6: Caminhos da Comercialização do Umbu “In Natura” | 67 |
| FIGURA 7: Organograma da COOPERCUC..... | 68 |
| FIGURA 8: Encontro das comunidades – Jan/2010 | 69 |
| FIGURA 9: Encontro Anual das Comunidades – Jan/2010 (Trabalho de Avaliação das Ações dos Grupos Produtivos) | 70 |
| FIGURA 10: Fábrica Central da COOPERCUC na Cidade de Uauá | 71 |
| FIGURA 11: Mini Fábrica da Comunidade de Caititus | 71 |
| FIGURA 12: Mapas dos Municípios de Curaçá, Uauá e Canudos e das Comunidades | 72 |
| FIGURA 13: Beneficiamento do Umbu em Fábrica Da COOPERCUC | 74 |
| FIGURA 14: Mudas e picles de Xilopódio do Umbuzeiro Jovem..... | 85 |

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho e do aumento das desigualdades sociais provocadas pelo modelo exploratório do sistema capitalista e das políticas neoliberais, a economia solidária - que se caracteriza pela organização coletiva dos trabalhadores em torno de atividades de produção, comercialização, consumo, crédito e prestação de serviço, baseada nos aspectos da solidariedade e da democracia - tem sido apontada por alguns pesquisadores como alternativa econômica histórica no processo de contraposição ao capitalismo (SINGER, 1996; 2002; GAIGER, 2002; 2004). A economia solidária ressurge, na década de 90, como alternativa de organização do trabalho e de reinserção produtiva dos trabalhadores excluídos do mercado de trabalho nas áreas urbana e rural.

Para Pochmann (2004):

Reconhece-se que no rastro da crise do desenvolvimento capitalista progridem, simultaneamente, modos de produção distintos. Especialmente no interior do segmento não organizado do trabalho, há sinais do desenvolvimento de uma fase embrionária da economia solidária, para além dos estágios da economia doméstica, popular e pré-capitalista. (p. 23)

Nesta perspectiva, as práticas econômicas solidárias, fundamentadas na propriedade coletiva dos meios de produção, na autogestão, no trabalho associativo e na cooperação, são formas de lutas históricas dos trabalhadores no enfrentamento às crises do capital. Assim, as articulações dos trabalhadores rurais e urbanos em iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda, nos moldes da economia solidária, colocam-se enquanto alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista.

Nas últimas duas décadas tem se multiplicado, no contexto brasileiro, uma diversidade de experiências de economia solidária, denominadas de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, que se apresentam sob as mais variadas formas de organizações sócioprodutivas (associações, cooperativas,

grupos informais, clubes de troca, bancos comunitários, empresas autogestionárias, etc), e que realizam atividades de produção de bens e serviços, finanças solidárias, troca, comercialização e consumo.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são compreendidos como organizações comunitárias, inseridas nos contextos locais que se expressam através de atividades econômicas organizadas de forma cooperativista e associativista. As experiências de economia solidária rompem com o modelo verticalizado presente no mundo do trabalho capitalista, à medida que superam a subordinação do trabalho em relação ao capital e a divisão social do trabalho, avançando no processo de fortalecimento dos valores da solidariedade e cooperação, em contraposição à cultura individualista e competitiva. Possibilita, também, relações laborais mais humanas, privilegiando a reprodução ampliada da vida e não a acumulação de bens materiais, práticas sociais e ambientais sustentáveis, onde os trabalhadores desenvolvem suas capacidades como sujeitos ativos das ações econômicas. Assim, essas práticas constituem-se em alternativas de mudanças nos modos de produção e de reprodução social. Segundo Gaiger:

A economia solidária refere-se às práticas econômicas caracterizadas por algum grau de socialização dos meios de produção, por dispositivos de cooperação no trabalho e pela gestão democrática e participativa, as quais suscitam ademais envolvimento em ações mais amplas, a partir do entorno dos empreendimentos. (2008, p.12)

O campo da economia solidária envolve uma diversidade de atores, práticas e formas de organizações a exemplo dos empreendimentos e suas representações, as entidades de apoio e fomento aos EES (ONGs, movimentos sociais e ambientalistas, instituições religiosas, entidades sindicais, incubadoras universitárias, Fóruns e Redes, etc) e órgãos públicos (FRANÇA FILHO, 2006). Esses atores têm buscado cada vez mais, novas formas de organização, no intuito de fortalecer as capacidades coletivas e emancipatórias dos sujeitos sociais, bem como, aumentar suas potencialidades econômicas e sociais. As articulações em redes solidárias têm surgido nos espaços de debates da economia solidária (Fóruns, Conferências, etc.) como elementos potencializadores das atividades sociais e

econômicas dos empreendimentos, capazes de viabilizar coletivamente seus processos e infraestrutura de produção e comercialização e o acesso a recursos. Na atuação nas redes solidárias, os EES e as organizações sociais locais (re)criam e fortalecem os laços entre si e vivenciam a experimentação de dinâmicas participativas, que envolvem uma diversidade de espaços de diálogo, de discussão e formulação de estratégias na gestão de seus territórios, a exemplo de fóruns e redes de organizações da sociedade civil¹. Numa perspectiva mais econômica, algumas redes têm buscado, também, o fortalecimento e diversificação das atividades produtivas locais, no intuito de valorizar os seus territórios e animar os processos de comercialização dos empreendimentos a exemplo da Rede Sabor Natural do Sertão.

Na compreensão de que as redes solidárias são: “uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamentos, consumidores e organizações populares (associações, sindicatos, ONGs, etc) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto” (MANCE, 2002), as articulações dos EES em redes solidárias vêm sendo estimuladas e apoiadas por organizações da sociedade civil e por órgãos públicos, como forma de aumentar a capacidade produtiva dos empreendimentos, promover a troca de experiências entre os mesmos e a produção de conhecimento, bem como, fortalecer os processos de comercialização dos grupos, potencializando o acesso de seus produtos e serviços aos mercados, o estabelecimento de relações de trocas comerciais entre os mesmos e a organização de cadeias produtivas.

O número de iniciativas que articulam coletivamente a comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários tem crescido nos últimos anos. Com base nos dados do Sistema de Informação em Economia Solidária - SIES percebemos que a inserção dos produtos e serviços dos EES nos mercados é hoje um dos principais desafios para a viabilidade econômica dos grupos. Dos 1.611

¹ A Articulação do Semi Árido - ASA é uma das principais referências da Sociedade Civil no Brasil e têm constituído-se em importante interlocutora das questões do Semi Árido e suas problemáticas locais. Articula, desde 1999, mais de 700 organizações da sociedade civil (Organizações religiosas, EES, Associações de Trabalhadores Rurais e Urbanos, ONGs, Entidades Sindicais, Associações Comunitárias, etc) em torno da bandeira do desenvolvimento social, econômico, cultural, ambiental e político do Semi Árido brasileiro.

empreendimentos mapeados, em 2005 e 2007, na Bahia, 1.203 apontaram ter algum tipo de dificuldade no processo de comercialização. Nesse contexto, os EES enfrentam dificuldades no estabelecimento de relações comerciais, por não possuírem regularidade na produção, (11%), falta de registro legal para a emissão de notas fiscais, (12%), falta de capital de giro para vendas a prazo, (18%), e por não conseguirem encontrar número suficiente de clientes, (21%) (SIES 2005/2007).

A articulação de empreendimentos em redes tem sido apontada por alguns autores, Mance (2002) e França Filho e Cunha (2009), como um elemento de fortalecimento dos EES e das comunidades onde estão inseridos. A articulação em rede também fortalece a interação com outros atores sociais no âmbito local, nacional e internacional, bem como a construção de espaços alternativos da comercialização, onde estão presentes relações econômicas mais justas.

No contexto atual, os laços entre as práticas da economia solidária e o comércio justo *Fair Trade*, que trabalha com processos de comercialização alternativa ao modelo capitalista, têm se estreitado, potencializando o surgimento de redes que articulam os dois campos, a exemplo da Associação Brasileira de Empreendimentos da Economia Solidária e Agricultura Familiar Comércio Justo e Solidário – ECOJUS Brasil. O comércio justo busca articular produtores e consumidores e estimula o aproveitamento dos recursos produtivos, sociais e culturais locais na perspectiva de alavancar um modelo de desenvolvimento sustentável.

O crescimento das redes solidárias, envolvendo empreendimentos e organizações sociais, apresentado no contexto brasileiro, reflete-se no Território do Sertão do São Francisco, que é palco da atuação de várias redes locais, territoriais e nacionais. Essas organizações atuam junto às comunidades locais no desenvolvimento de experiências voltadas para a construção de técnicas e práticas de convivência com o Semi Árido e de valorização da agricultura familiar.

A pujança de experiências de articulação dos atores sociais em redes e fóruns evidenciada nesse território, espaço de intercâmbio interno e externo, tem

estimulado o interesse em analisar e refletir sobre as práticas dos grupos construtores dessa realidade social. A reflexão aqui empreendida se orientará a partir da análise da experiência da Rede Sabor Natural Do Sertão - RSNS que articula em seu interior empreendimentos e organizações de apoio e fomento à economia solidária. O nosso estudo dar-se-á apenas em um dos elos da rede, a Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá – COOPERCUC, cuja experiência é utilizada como referência enquanto membro da RSNS.

A COOPERCUC atua na comercialização e beneficiamento de frutas nativas do sertão, se estrutura internamente em formato de rede, envolvendo agricultores e agricultoras de três municípios, é membro de redes solidárias que atuam a nível territorial, nacional e internacional, a exemplo da Rede Caatinga e Cerrado, Rede ECOJUS, União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar – UNICAFES, Movimento SLOW FOOD.

A Rede Caatinga Cerrado – Comunidades Eco-produtivas é um espaço de divulgação e comercialização de produtos característicos do bioma caatinga e do bioma cerrado. Esse é uma espaço de articulação dos empreendimentos da agricultura familiar e redes que atuam nos dois biomas. Atualmente 20 redes de 14 estados brasileiros se articulam nesse espaço, envolvendo em torno de 200 empreendimentos. A Caatinga Cerrado atua no fortalecimento da comercialização dos grupos, através da promoção e participação em eventos comerciais e feiras e do apoio a mecanismos de comunicação e marketing, no intuito de “promover o aumento do acesso a mercados nacionais e internacionais dos empreendimentos que comercializam produtos da sociobiodiversidade dos biomas caatinga e cerrado visando a agregação de valor e a geração de renda através do conhecimento tradicional, do respeito ao ambiente e da inclusão social.” (Cartilha da Caatinga Cerrado, 2009, p. 07). Uma das ações dessa rede é a realização do Salão Caatinga Cerrado, que é um stand coletivo realizado em feiras e eventos comerciais.

A Associação Brasileira de Empreendimentos da Economia Solidária e Agricultura Familiar de Comércio Justo e Solidário – Rede ECOJUS é uma articulação de

organizações de agricultores familiares ligados a iniciativas de comércio justo e economia solidária, envolvendo em torno de 100 empreendimentos econômicos solidários da agricultura familiar, em diversas regiões do Brasil. A ECOJUS atua no fomento à cooperação, à troca de experiências entre os grupos e a participação dos mesmos nos espaços de discussão e elaboração da política de comércio justo e solidário.

A União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES é uma entidade de representação das cooperativas dos setores de crédito, produção, trabalho, comercialização e infraestrutura, do campo da agricultura familiar e economia solidária fundada em junho de 2005, cujo objetivo é “ser um instrumento para os agricultores e agricultoras familiares, visando o desenvolvimento sustentável nas ações de apoio para os associados.”

O *Slow Food* é um movimento internacional que possui uma rede de mais de 80.000 sócios, em cerca de 132 países, organizados em torno de 1.000 convivias, que são os núcleos locais responsáveis pelo desenvolvimento de campanhas em prol da preservação dos alimentos tradicionais, organização de atividades de degustação, acompanhamento das ações, divulgação da filosofia do movimento e pela articulação com os produtores. O movimento acredita no prazer de comer como direito de todos, bem como, na responsabilidade de preservar a herança cultural, as tradições e as práticas culturais que garantem o sabor do alimento. Entendendo que, “a gastronomia está indissolúvelmente associada à política, à agricultura e ao meio ambiente” (Manual do *Slow Food*, 2008, p. 04), atua na defesa da biodiversidade na cadeia de distribuição alimentar. O *Slow Food*, que desde 1986 constitui-se formalmente enquanto organização sem fins lucrativos, desenvolve diversas ações com organizações que atuam no apoio a projetos voltados para a preservação da biodiversidade alimentar, na promoção de ações de sensibilização e divulgação junto a consumidores e opera junto as organizações governamentais e intergovernamentais relacionadas às questões da agricultura e ecologia a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO. O movimento promove atividades de formação dos consumidores, definidos como co-

produtores, e a articulação destes com os produtores. Uma das ações do *Slow Food* é a *Terra Madre*, encontro mundial das comunidades do alimento, dos *chefs* de cozinha e universidades de gastronomia a exemplo da Universidade de Ciências Gastronômica, na Itália.

Além da participação em redes, a COOPERCUC desenvolve ações de preservação ambiental, educação contextualizada e convivência com o Semiárido como proposta de desenvolvimento local. Essa cooperativa é o empreendimento da Rede Sabor Natural do Sertão que possui o maior volume de comercialização, a nível local, regional, nacional e internacional, exportando para Áustria, Itália e França, e a maior estrutura produtiva. Assim, a escolha dessa experiência é justificada pela dinâmica de organização em rede, a participação em redes de economia solidária e comércio justo que atuam a nível local, territorial, nacional e internacional, a diversidade de ações e o elevado grau de articulação presentes no seu contexto.

A nossa análise busca compreender os desafios presentes na experiência de comércio justo empreendida pela COOPERCUC no âmbito da Rede Sabor Natural do Sertão. Esse questionamento desdobra-se nas seguintes reflexões: a) Quais os resultados, os limites e avanços presentes na experiência da COOPERCUC? b) Quais os principais desafios estão presentes nessa forma de desenvolvimento local? c) Como a política pública pode contribuir para o fortalecimento dos EES?

A hipótese desse estudo trabalha com a idéia de que as práticas das redes de economia solidária, uma vez que estimulam a produção apropriada ao seu território, o estabelecimento de relações comerciais mais justas, o desenvolvimento de processos formativos voltados para a valorização das especificidades locais e para a formação dos sujeitos sociais potencializa o desenvolvimento local. Consideramos, a *priori*, que a prática da COOPERCUC pode ser um exemplo de que a articulação em redes de economia solidária é um elemento de fortalecimento dos empreendimentos e de promoção do desenvolvimento local. Assim, o nosso estudo tem como objetivo compreender e identificar as conexões e os fluxos existentes nas articulações em redes de economia solidária e de comércio justo presentes nas práticas da

COOPERCUC e na sua articulação na Rede Sabor Natural do Sertão, considerando os elementos potencializadores do desenvolvimento local. Nessa perspectiva, buscaremos analisar em que medida a articulação em redes de economia solidária fortalece os empreendimentos econômicos solidários e de que maneira, essa forma de organização reforça os elementos da economia solidária, para que ela se constitua enquanto estratégia de desenvolvimento.

Para verificar a pertinência das questões levantadas e alcançar os objetivos do estudo, utilizamos como técnica de pesquisa o estudo de caso. Na compreensão de Godoy (1995), o estudo de caso é a análise detalhada de uma unidade.

No trabalho de campo utilizamos os seguintes instrumentos: a) questionários – aplicados aos membros dos grupos de produção, associados e não associados, e dirigentes da cooperativa, no intuito de construir o perfil social, econômico, cultural e político dos participantes e suas redes de articulação; b) entrevistas semi-estruturadas com membros da cooperativa, representantes de entidades parceiras e da Rede Sabor Naturais do Sertão; c) observação – participamos de encontros dos grupos produtivos da COOPERCUC, onde ocorre a socialização das informações, avaliação e planejamento das ações, reuniões e seminários da Rede Sabor Natural do Sertão.

É importante ressaltar que as práticas de economia solidária não podem ser observadas sob o ponto de vista das experiências econômicas do modelo capitalista, tendo em vista que uma prática econômica baseada nos valores da solidariedade e cooperação demanda outra lógica de análise capaz de perceber a real eficiência dos empreendimentos econômicos solidários em todos os seus aspectos. Nesse sentido, os dados do Sistema de Informação em Economia Solidária – SIES, construído no âmbito das políticas da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, é um importante instrumento para subsidiar o nosso estudo.

A fundamentação teórica foi construída através de revisão bibliográfica baseada em Singer (1998 e 2002), Gaiger (2002 e 2004), França Filho (2001, 2006 e 2009); Mance (2002) e Silva (2008 e 2009) relacionadas à temática da economia solidária, redes de economia solidária, comércio justo e desenvolvimento local, escolhidas a partir dos indícios percebidos na análise preliminar da realidade empírica. Além da bibliografia especializada sobre os conceitos que orientaram a reflexão sobre a realidade estudada, pudemos analisar documentos (atas, relatórios, pesquisas, etc) pertencentes aos arquivos da COOPERCUC e do Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada - IRPAA, informações de sites de organizações parceiras da cooperativa e acessar outros estudos realizados sobre a experiência.

A construção da reflexão teórica deste estudo está estruturada em dois capítulos, mais a introdução e as considerações finais. No capítulo I buscaremos articular os elementos levantados na experiência estudada, com os conceitos de economia solidária, redes de economia solidária, comércio justo, desenvolvimento local e política pública de economia solidária. O segundo capítulo trará uma caracterização da realidade empírica, contextualizando o território onde a COOPERCUC está inserida e destacando o seu percurso histórico: do início da experiência até os dias atuais. Nas considerações finais, realizamos um esforço na interpretação da realidade pesquisada, procurando retomar as questões, respondidas ao longo da pesquisa.

1 REDES SOLIDÁRIAS E COMÉRCIO JUSTO: ANALISANDO UM CONCEITO E DISCUTINDO UM CONTEXTO

1.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA: DO QUE SE TRATA

A crise do capitalismo contemporâneo resulta em profundas transformações no mundo do trabalho, provocando sérias implicações na vida dos trabalhadores. Essa realidade impactou significativamente sobre o crescimento do desemprego, agravando o processo de exclusão, a precarização das relações de trabalho e o aumento da pobreza. Nesse contexto, muitos trabalhadores buscam alternativas de geração de trabalho e renda, entre elas as práticas da economia solidária. As experiências de economia solidária, que têm nas organizações associativistas e cooperativistas a sua expressão básica, têm sido apontadas por diversos autores como alternativa econômica e política que se contrapõe ao modelo capitalista por fundamentar-se na propriedade coletiva dos meios de produção, na autogestão, na solidariedade e cooperação, no trabalho associativo e cooperativo e na socialização das riquezas (SINGER, 1998; GAIGER 2002; 2004).

Entretanto, a organização dos trabalhadores pela via da solidariedade e do trabalho não é algo novo. Segundo Singer (2003), os chamados “socialistas utópicos”, principalmente Robert Ower (1770-1858) e Charles Fourier (1772- 1865) que pensaram modelos de comunidades e “aldeias de cooperação”, propuseram novas formas de organização do trabalho semelhantes aos que hoje os estudiosos apontam nas práticas de economia solidária, principalmente quando relacionado aos empreendimentos cooperativistas populares. Na compreensão de Singer (2003):

O cooperativismo recebeu deles inspiração fundamental, a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório: o da tentativa e erro. (p. 38)

Singer (2002) aponta, também, que nos primórdios do capitalismo industrial, início do século XIX, os operários se organizaram pela via da solidariedade e do trabalho, principalmente na Grã-Bretanha, vivenciando experiências coletivas e autogestionárias semelhantes à economia solidária, para se contrapor à exclusão social resultante das transformações do processo produtivo imposto pelo capitalismo industrial. Nesse sentido, o autor afirma que:

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão 'desregulamentada' das máquinas-ferramentas e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte dos trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. (SINGER, 2002. p. 83)

Portanto, sem perder de vista as diferentes configurações do capitalismo em cada contexto histórico, as experiências cooperativistas ocorridas ao longo da história constituem-se em uma significativa referência no processo de desenvolvimento das práticas de economia solidária da atualidade.

Assim, Gaiger (2003) afirma que:

A bem da verdade, desde o século XIX registram-se tentativas de instituir formas comunitárias e democráticas de organizar a produção e o consumo, em resposta às aspirações de igualdade econômica e à necessidade de garantir meios de subsistência para a massa de trabalhadores. (p.182)

A reestruturação dos processos produtivos do final do século XX e início do século XXI, impactou diretamente sobre os índices de desemprego, a precarização do trabalho e a exclusão social e econômica de milhares de trabalhadores. Nesse contexto, as populações marginalizadas do mercado de trabalho capitalista criam formas alternativas de geração de renda e de sobrevivência.

Contudo, a organização coletiva de trabalhadores no enfrentamento ao processo de exclusão imposto pelo modelo capitalista não tem ocorrido apenas em torno das experiências cooperativistas. Diversas práticas de economia solidária, nas mais variadas formas de manifestação, que buscam a inclusão social e econômica dos

trabalhadores têm sido experimentadas em diversos países, cenário que se reflete, também, no contexto brasileiro a exemplo da experiência do Banco Palmas – sistema integrado de finanças solidárias, iniciado em 1998, pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/Ceará França Filho e Silva Junior (2004), que atua no fortalecimento das cadeias produtivas locais, através da integração das ações de crédito, produção, comercialização e consumo, na perspectiva de promoção do desenvolvimento local do Conjunto Palmeira. A experiência do Banco Palmas tem servido de referência para o surgimento de diversos bancos comunitários em várias partes do Brasil.

As práticas da economia solidária ressurgem no cenário mundial estimuladas pela chamada “crise do capitalismo” (década de 70) França Filho (2001) e Laville (2004). Nesse contexto, (re)aparece a discussão sobre a sua concepção teórica, com denominações variadas, a exemplo: economia solidária, economia popular e solidária, economia social, socioeconomia solidária, (SINGER, 1998, 2003; GAIGER, 2002, 2004; FRANÇA FILHO, 2006; ARRUDA, 2003). A variedade de nomes para identificar as práticas da chamada economia solidária reflete as diferentes concepções e a ausência de consenso a respeito da conceituação entre seus estudiosos.

Uma melhor compreensão desse debate permite perceber o que alguns autores apontam como os elementos propulsores da economia solidária: a) o aumento do desemprego resultante do processo de reestruturação produtiva e a conseqüente luta pela sobrevivência que leva milhares de trabalhadores a buscarem formas alternativas de geração de renda; b) mobilização dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que no contínuo enfrentamento ao modelo capitalista de desenvolvimento se vêem desafiados a desenvolverem ações de caráter socioeconômico em uma perspectiva emancipatória. Nesse sentido, Pochmann afirma que:

O avanço inicial da economia solidária deve-se à junção de dois movimentos específicos no Brasil. De um lado, o aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra com algumas novidades em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização nacional. (...) De outro lado, o

movimento composto por um importante conjunto de militantes sociais críticos e engajados na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil. São pessoas representantes de múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida. (2004, p.23 e 23)

Assim, uma legião de militantes da economia solidária, entre eles: pesquisadores acadêmicos, técnicos, membros de Organizações Não Governamentais e entidades religiosas, sindicalistas, estudantes universitários, etc, vêm apoiando uma multiplicidade de iniciativas de geração de renda. Inúmeras experiências inovadoras têm surgido nas últimas décadas no contexto da economia solidária, impulsionadas por entidades de apoio e fomento, a exemplo dos Fundos Rotativos apoiados pela Cáritas Brasileiras e da Rede Sabor Natural do Sertão apoiada pelo Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada – IRPAA e outras ONGs.

È importante citarmos também o trabalho de incubação de empreendimentos que desde a década de 90 é desenvolvido por várias universidades brasileiras, pelas Incubadoras de Cooperativas Populares. Um terceiro elemento importante nesse contexto é o aparecimento de iniciativas de políticas públicas de geração de renda desenvolvidas por alguns governos populares, a exemplo da experiência do Rio Grande do Sul (ICAZA, 2006).

Entretanto, não podemos perder de vista que as práticas da economia solidária estão inseridas em um contexto capitalista, enfrentando, portanto, o desafio permanente em afirmar-se enquanto alternativa econômica, social e política. Embora os defensores da economia solidária destaquem que suas práticas promovem mudanças nas relações de trabalho, e na prática de valores individuais da sociedade, as possibilidades de ganhos econômicos para seus membros ainda é a principal motivação das experiências de economia solidária, questão confirmada pelos dados do SIES que apresentaremos mais adiante. Portanto, a busca pela superação da primazia econômica e pelo equilíbrio entre otimização econômica e a obtenção de resultados sociais demanda um processo permanente de aprendizado no ambiente dessas experiências. Para esse processo é necessário um tempo de

maturação, que nem sempre responde às expectativas dos sujeitos envolvidos, o que faz com que muitos desistam no meio do processo.

Na compreensão de Gaiger:

Os empreendimentos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência. (2003, p.135).

No entendimento de Gaiger (2003) as experiências de economia solidária são iniciativas econômicas coletivas de caráter popular que fazem enfrentamento ao processo de exclusão. Para o autor, nos espaços da economia solidária estão presentes não apenas aspectos econômicos, mas também valores e práticas que permitem a reconstrução dos sujeitos sociais. Daí compreendermos a economia solidária como uma prática não apenas econômica, mas de caráter eminentemente político, em uma idéia de processo permanente de transformação da realidade social pela ação econômica e política dos trabalhadores. As iniciativas de economia solidária são práticas coletivas que, na compreensão de França Filho (2007) são “de natureza associativas ou cooperativas”, constituídas por pessoas que fazem parte de determinado território e buscam “soluções de problemas públicos concretos”.

As práticas de economia solidária, por seu caráter associativo e de gestão democrática, se distinguem no universo diverso das experiências alternativas de geração de trabalho e renda, características da luta dos trabalhadores contra o desemprego, a precarização do trabalho e exclusão de grandes contingentes de trabalhadores do mercado formal de trabalho que tem resultado do processo de reorganização do capital, dos avanços tecnológicos e das políticas neoliberais. Alguns autores apontam que a análise do contexto das alternativas de geração de trabalho e renda, em sua grande maioria realizada informalmente por trabalhadores excluídos do mercado formal, mostra que nem todas as atividades de geração de renda que surgiram nas últimas décadas, podem ser caracterizadas como economia

solidária, a exemplo do trabalho autônomo individual ou familiar (TIRIBA 2001). Muitas delas são mais próximas do processo de flexibilização do trabalho e, mesmo quando são experiências populares de geração de renda, não possuem os elementos da solidariedade em seu bojo.

Entendemos, assim, que as práticas econômicas solidárias não são ações paliativas para responder aos períodos de crise e amortecedoras da pobreza, muitas vezes compreendidas como uma economia de pobre para pobre, mas sim uma estratégia de transformação social através da inserção socioprodutiva e do empoderamento político dos indivíduos nela inseridos. Contudo, as suas práticas no Brasil ainda carecem de maior visibilidade, competitividade do mercado, aumento da escala de produção e intervenção política e social. A participação ativa dos sujeitos, tanto no campo interno como no externo dos empreendimentos, são elementos potencializadores da construção de um pensamento crítico frente ao modelo vigente. Nesse sentido, será que a economia solidária não estaria apontando na direção de um processo de emancipação dos indivíduos nas diversas esferas da vida?

Convém ressaltar que a inserção produtiva dos trabalhadores, através de alternativas de geração de renda precarizadas é estimulada pelo capital como medida paliativa de inclusão dos trabalhadores excluídos do mercado formal de emprego, principalmente por não atender à qualificação exigida. Para Tiriba, “o interesse do grande capital na pequena produção, enquanto compradora de seus produtos e serviços, ao mesmo tempo, como contenção de conflitos sociais.” (2001, p. 340).

Compreendendo que no sistema capitalista os trabalhadores não somente buscam meios de sobrevivência, mas também agem no sentido de transgredir as normas que lhes são impostas pelo capital, muitos pesquisadores apontam as experiências de economia solidária como alternativas ao modelo produtivo vigente, contrapondo-se ao formato individualista e de competição presentes nas formas de organização empresarial. Segundo Gaiger (2002): “(...) as relações de produção dos empreendimentos solidários não são apenas atípicas para o modo de produção

capitalista, mas contrárias à forma social de produção assalariada: nesta, o capital emprega o trabalho; naqueles, os trabalhadores empregam o capital.” (p.193).

Nesse sentido, a economia solidária rompe com a visão linear do capital e possibilita o resgate do sentido da ação criadora do trabalho, como seu elemento central, resgatando a concepção do homem como produtor de riqueza trazida por Karl Marx no século XIX. Nesse sentido, a economia solidária coloca uma perspectiva de trabalho que tem sua centralidade no homem e o cuidado com os meios de manutenção da vida no planeta. Para Arruda (2003), as experiências de economia solidária “são práticas fundadas em relação de colaboração solidária, inspiradas por novos valores culturais que colocam o ser humano, e não o capital e a acumulação, como sujeito e finalidade da atividade econômica.” (p.235). A economia solidária articula em seu espaço a dimensão econômica que possibilita a socialização da riqueza e a dimensão política, onde estão presentes a gestão coletiva e a democracia participativa no exercício da atividade laboral.

Na compreensão de Gaiger (2004), essas experiências restauram a situação de sujeito do trabalhador, emancipando-o do trabalho desumanizado. Sendo, portanto:

(...) iniciativas que representam a introdução de novas relações sociais de produção, virtualmente anticapitalistas; há iniciativas que expressam a ressurgência de práticas de economia popular, com elementos de reciprocidade e solidariedade, como tais não capitalistas; há por certo também iniciativas que se limitam a paliativos, a soluções de resistência diante das forças negativas de não integração, exercidas pelos movimentos do capital. (GAIGER, 2004, p.398).

Com base na compreensão do autor, entendemos que, nos espaços da economia solidária articulam-se a busca pelo atendimento às necessidades materiais, de sobrevivência, bem como, os elementos de exercício da ação política, o que é reforçado pelos dados do SIES (2005/2007), que revela que as práticas de economia solidária possuem fortes laços sociais e políticos. Dos 1.611 EES mapeados na Bahia, 69% participam de articulações de movimentos sociais, 38% fazem parte de redes e fóruns de articulações e 11% participam do movimento sindical (Atlas da economia solidária no Brasil, 2007).

Nesse sentido, Singer (2002, 2003) defende que as experiências da economia solidária são referenciadas na tradição socialista que se desenvolve no interior do sistema capitalista, daí a necessidade de fortalecimento da participação democrática da sociedade civil. Singer afirma que:

A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social. (2003, p. 86)

O autor entende a economia solidária como um modo de produção ainda em processo de construção, em coexistência e contradição com o modo de produção capitalista, “Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista” (SINGER, 2002, p.27). As práticas da economia solidária seriam, portanto, uma “revolução social” em curso.

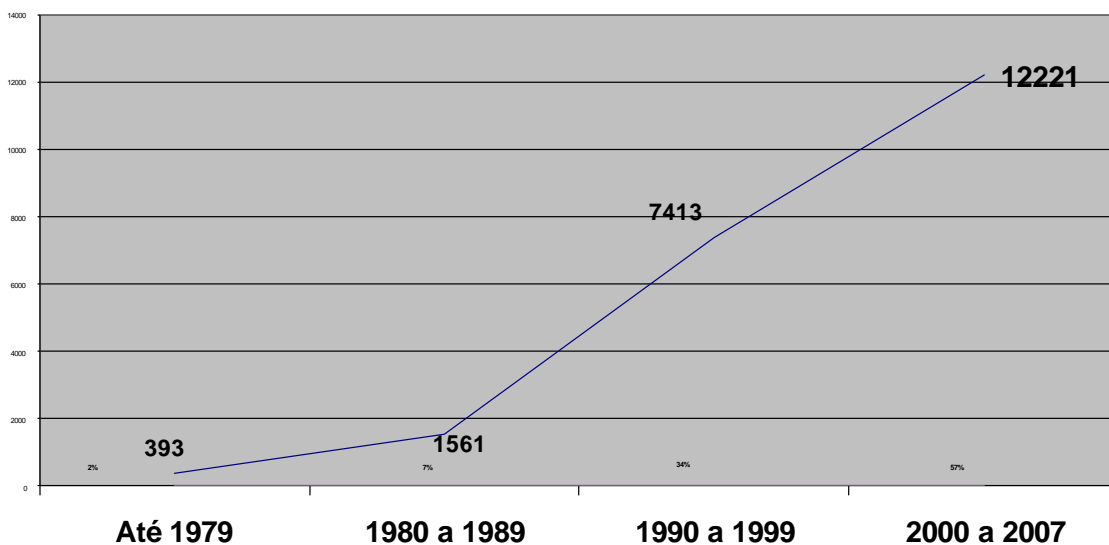
1.2. O PERFIL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Existe hoje, no Brasil, uma multiplicidade de experiências coletivas de geração de renda no contexto brasileiro, transformados em empreendimentos econômicos coletivos, organizados sob a forma associativista ou cooperativista e orientadas pelos princípios da autogestão, da democracia e da solidariedade. Aspectos confirmados a partir dos resultados do SIES 2005/2007, que demonstram que 66% dos Empreendimentos Econômicos Solidários, dos 21.859 mapeados no Brasil, afirmam que os seus membros participam das decisões diárias dos empreendimentos, 62% possuem periodicidade de assembléia mensal, 60% realizam eleições diretas para seus dirigentes e 60% facilitam o acesso de seus

membros aos registros e informações referentes à gestão dos EES. Estes dados confirmam a existência do processo da autogestão nos empreendimentos de economia solidária, como apontam os pesquisadores.

Nas últimas décadas, as práticas de economia solidária multiplicaram-se no território brasileiro. Os dados do SIES retratam a sua expansão recente.

TABELA I: EVOLUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL



Fonte: SIES 2005/2007

Os dados do SIES revelam que existem hoje, no Brasil, 1.687.035 trabalhadores organizados em Empreendimentos Econômicos Solidários que atuam nos setores de produção de bens, consumo, prestação de serviços, finança solidária e comércio justo. Entre os principais motivos para buscarem a organização coletiva apontados pelos EES está a busca por uma alternativa ao desemprego (46%), a complementação de renda (44%), melhores ganhos com a ação associativa (36%), possibilidade de gestão coletiva (27%) e condições para acesso ao crédito (25%). Esses dados são importantes para compreender a realidade da economia solidária no país, mesmo que o universo mapeado corresponda, apenas, a 52% dos municípios brasileiros.

Além das atividades econômicas, as práticas da economia solidária desenvolvem ações de caráter formativo e cultural, voltadas para o fortalecimento dos laços comunitários, a preservação ambiental, a participação política e a valorização dos espaços de seus territórios. Dos 1.611 EES mapeados na Bahia em 2005 e 2007, 36% declararam desenvolver atividades educativas e sociais, 4% são membros de Conselhos de formulação de políticas públicas, em temáticas diversas. Um exemplo do envolvimento dos sujeitos da economia solidária na discussão e formulação de estratégias de desenvolvimento, envolvendo outras temáticas é a participação de representantes de empreendimentos e entidades de apoio e fomento no Conselho de Segurança Alimentar do Estado da Bahia.

A situação de fragilidade econômica e social dos Empreendimentos Econômicos Solidários é uma questão recorrente no universo da economia solidária. Essa situação se caracteriza pelo baixo nível de qualificação técnica dos trabalhadores dos empreendimentos e, conseqüentemente, pouca qualidade técnica dos produtos e serviços, pelo volume de investimentos e captação de créditos que ainda é pequeno em relação ao número e às especificidades dos empreendimentos existentes no Brasil. Do número total de EES cadastrados no SIES, 47% apresentaram dificuldades no acesso ao crédito.

O financiamento insuficiente das políticas públicas e o modelo de execução de política característico do Estado capitalista, baseado na cultura da fragmentação, é um dos elementos presentes no contexto da economia solidária. Outra questão está relacionada ao reconhecimento dos EES pelo Estado, principalmente em relação à sua formalização, já que não existe um marco jurídico específico para esse segmento. Segundo análise presente no Documento Base da II Conferência Nacional de Economia Solidária:

(...) para se tornar efetivamente um modelo de desenvolvimento justo, sustentável e democrático, a economia solidária ainda carece de instrumentos públicos de apoio e reconhecimento, que historicamente os empreendimentos capitalistas tiveram. Sem as condições fundamentais de acesso ao financiamento, infraestrutura, incentivos tributários e fiscais, assistência técnica adaptada às suas especificidades e ao conhecimento e tecnologia, os empreendimentos de economia solidária estão fragilizados e

impossibilitados de manifestar plenamente estas vantagens comparativas, que implicam em perspectivas diferenciadas de desenvolvimento. (Documento Base da II Conferência Nacional de Economia Solidária, 2010, p. 12)

O SIES revela que 36% dos empreendimentos mapeados são informais, o que lhes impõem barreiras para acessar recursos públicos, importantes para o seu fortalecimento e comercialização de produtos e serviços. Para Pochmann (2004), a “concretização de um conjunto amplo de políticas públicas” é um dos desafios para a economia solidária.

Outro grande desafio é a inserção dos empreendimentos no mercado capitalista, sem perder as suas principais características. Assim como, a interação dos Empreendimentos Econômicos Solidários no universo capitalista evidenciando as contradições entre o seu modo de produção e a forma de circulação e distribuição do modelo do capital. Nesse contexto, nem sempre os produtos e serviços dos empreendimentos atendem à demanda e ao conceito de qualidade exigido por esses mercados, bem como a prática de preços competitivos. Nesse sentido, questionamos se somente o exercício da autogestão e a prática da solidariedade garante a viabilidade da economia solidária.

A participação de atores externos é apontada por pesquisadores (GAIGER, 2008 e POCHMANN, 2004) como um elemento fomentador das experiências de economia solidária, o que é confirmado pelos dados do SIES: 72% dos EES pesquisados afirmaram ter recebido algum tipo de apoio da parte de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, ONGs, organizações religiosas, entidades de classe/sindicatos e universidades. Sendo assim, a contribuição das parcerias externas, sejam elas organizações da sociedade civil, sejam órgãos governamentais, é de grande importância nos processos constitutivos das iniciativas da economia solidária. Nesse sentido, Gaiger (2006) afirma que:

O cenário da economia popular avança em boa medida graças às organizações que tentam promovê-la e ao trabalho resistente de seus agentes mediadores, cuja contribuição é incontestável quando se mostra capaz de canalizar as demandas dos trabalhadores para alternativas associativas e autogestionárias. Sua competência determinante é implantar instrumentos pedagógicos e materiais que incitem as experiências populares a passar de uma lógica de preservação e de defesa das

condições de existência - orientada pela reconstituição das formas de vida econômicas já praticadas -, a uma lógica de emancipação social e econômica. Isto demanda uma superação progressiva das condições subalterna, além de uma mudança das aspirações no que diz respeito às condições materiais de subsistência e de reprodução social. (GAIGER, 2006, p.226).

As parcerias externas contribuem com os Empreendimentos Econômicos Solidários por meio do desenvolvimento de ações de financiamento, mobilização no processo de constituição da organização do grupo, assessoria no campo da gestão associativa e administrativa/financeira, assistência técnica, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais, entre outros.

Entretanto, é importante ressaltar a heterogeneidade presente no universo da economia solidária, tanto em relação aos níveis de organização, capacidade técnica e compreensão política dos empreendimentos, quanto em relação às questões ligadas às concepções e práticas das entidades de apoio e fomento, que envolvem entidades históricas ligadas aos movimentos sociais, e, também, entidades que surgem no contexto de expansão da economia solidária, sendo, portanto, um universo diverso e em muitos casos contraditório. Nota-se que as contradições próprias da cultura capitalista não estão só nos empreendimentos, mas também nas entidades de apoio e fomento.

Desta forma, é importante ressaltar as armadilhas presentes no processo de atuação dos atores externos junto aos empreendimentos, seja na alimentação de relações verticalizadas de tutela entre assessorias e EES, seja na utilização de práticas educativas tradicionais, não emancipatórias e que não promovem a autogestão dos grupos. Para Bezerra,

Os processos que, a duras penas, tentamos implementar são, na maioria das vezes, de resultados inseguros. Os grupos, as pessoas, deixam aparecer todas as seqüelas que o sistema produziu: a baixa escolaridade, os vícios das práticas de dominação, a falta de credibilidade em seu próprio potencial, a fragilidade da experiência de associação/organização, as marcas da submissão etc. Enfim, apresentam ainda um grande despreparo para ocupar seus lugares, enquanto sujeitos sociais, para os quais nunca foram realmente convocados. (2006, p.4)

Para a autora, a busca pela transformação social e no significado do trabalho é um processo de construção coletivo. Nesse sentido, os aspectos estratégicos à sustentabilidade social, política e econômica da economia solidária são construídos na prática cotidiana e coletiva dos empreendimentos e dos atores externos. Assim, a estruturação de uma cultura autogestionária e cooperativa é um desafio permanente.

Apesar dos desafios postos, o movimento da economia solidária reconhece a importância do apoio das organizações de apoio e fomento no processo de mobilização e fortalecimento dos EES.. Outro elemento estimulador das práticas de economia solidária é a implantação de políticas e programas governamentais voltados para apoiar a inclusão produtiva das populações locais desenvolvidas no âmbito municipal, estadual e federal. As ações governamentais destinadas ao segmento da economia solidária têm sido importantes para o fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

1.3. ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICA PÚBLICA

A implantação das políticas públicas voltadas para o fortalecimento das iniciativas de economia solidária é apontada por teóricos da temática como um dos aspectos importantes para a sustentabilidade econômica, social e política dos Empreendimentos Econômicos Solidários (FRANÇA FILHO 2006; GAIGER, 2006; SINGER, 2006). A existência de um grande contingente de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, em situação de desemprego, trabalho precarizado, trabalho autônomo informal individual ou familiar, e a opção crescente desses trabalhadores por iniciativas coletivas de geração de renda, têm demandado ação, por parte dos governos, para enfrentar esta problemática. Nesse contexto, a economia solidária apresenta-se como um grande desafio para as políticas públicas voltadas para a geração de trabalho e renda, ao mesmo tempo em que se coloca como alternativa de inclusão social e econômica para milhares de trabalhadores.

Os pesquisadores apontam que as primeiras experiências de políticas públicas de economia solidária começam a surgir no cenário brasileiro nos anos 90, no contexto do aprofundamento da crise do mundo do trabalho, a partir de iniciativas desenvolvidas por governos locais, a exemplo da experiência da cidade de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (ICAZA 2008). Essas políticas inserem-se no universo das políticas sociais e do campo do trabalho e emergem na ação de governos locais que defendem princípios mais democráticos.

Outro elemento importante presente no contexto do surgimento das políticas de economia solidária é o aumento do protagonismo da sociedade civil organizada nos espaços sociais e políticos da cidade e do campo. À medida que se estabelecem regras democráticas, em decorrência do contexto de redemocratização do estado, fortalece a emergência de parcerias entre governo e organizações da sociedade civil no desenvolvimento de políticas voltadas para as populações mais empobrecidas. O crescimento do número de empreendimentos nas últimas décadas tem reconhecidamente contado com o apoio dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, bem como, das políticas públicas.

A exemplo da temática de economia solidária, o conceito de Políticas Públicas de economia Solidária remete a concepções diversas. Em nosso estudo, trabalharemos com o conceito do SIES, que traz a seguinte afirmação:

No âmbito do SIES, compreende-se como políticas públicas de economia solidária aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da economia solidária. (Guia de Orientações e Procedimentos do SIES 2009. P. 04)

Os pesquisadores das políticas públicas de economia solidária chamam atenção para seu caráter recente e de política transversal que podem ter ações desenvolvidas nas diversas áreas de atuação do Estado, França Filho (2008), Pochmann (2004).

Para Praxedes (2009):

Por ser política de desenvolvimento e voltar-se para um público historicamente excluído ou que progressivamente vem tendo ampliadas sua pobreza e exclusão social, a economia solidária demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras), para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade.(p.39)

Um marco histórico para as políticas públicas de economia solidária é a criação, pelo Governo Lula, da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, em junho de 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. A SENAES nasce como resultado da pressão dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que apresentaram ao presidente em exercício Luis Inácio Lula da Silva a carta intitulada “*Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento*”, cuja elaboração coube aos membros do GT – Brasileiro. A carta encaminhada ainda no processo de transição do novo governo apresentava ao Presidente Lula, as expectativas do movimento a respeito das diretrizes da política públicas da economia solidária, ao mesmo tempo, defendia a necessidade de um espaço institucional no governo para a economia solidária.

No mesmo ano da criação da SENAES, nasce o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, outro resultado das articulações dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, que desde 2001 se mobilizavam no âmbito do Fórum Social Mundial. Entre 2001 e 2003, várias atividades (seminários, plenárias, oficinas) foram realizadas tendo como tema central a economia solidária. O processo de articulação e mobilização dos atores da economia solidária que culminou com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em junho de 2003, foi coordenada pelo GT – Brasileiro, formado pelas seguintes entidades: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de

Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Atualmente o Fórum Brasileiro de Economia Solidária articula-se em 27 fóruns estaduais, em diversos fóruns regionais e municipais e constitui-se em um importante instrumento dos movimentos sociais na articulação e proposição de políticas públicas de economia solidária, desempenhando um papel importante no diálogo com os governos, no âmbito federal, estadual e municipal. Nesse espaço, os três segmentos que compõem o Fórum, empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores membros da Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, participam diretamente dos espaços de diálogos e elaboração da política.

As políticas públicas de economia solidária, desenvolvidas no âmbito do Governo Federal, apresentam a execução de ações de fortalecimento do processo de comercialização, formação e assistência técnica, execução e divulgação de estudos e pesquisas, fortalecimento de redes e cadeias produtivas, entre outros. Entre as ações desenvolvidas pela SENAES, vale ressaltar duas que estão mais relacionadas com o nosso estudo, principalmente por estarem presentes no universo pesquisado. São elas:

- Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional de Economia Solidária – PLANSEQ ECOSOL – Destina-se à qualificação social e profissional de trabalhadores de empreendimentos de economia solidária organizados em redes de cooperação;
- Programa de Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários – Voltado para ações de fortalecimentos dos processos de comercialização dos produtos e serviço de economia solidária, entre elas: a) Construção do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário, b) Promoção de Feiras de Economia Solidária,

que atualmente está sendo executado pelo Instituto Marista de Solidariedade, através da parceria Estado-sociedade civil. O programa possui recursos da SENAES e do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA;

Na compreensão do Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer (2005) o desenvolvimento de programas emancipatórios pelo governo federal, em parceria com governos estaduais e municipais, agências de fomento da sociedade civil e movimentos sociais, deve resultar numa ampliação significativa dos processos de desenvolvimento comunitário, que constituem a melhor maneira de efetivamente combater a pobreza e evitar a criação de novas desigualdades sociais e econômicas.

A SENAES tem desempenhado um importante papel na articulação das políticas públicas governamentais de economia solidária, principalmente no processo de mobilização e integração das ações de fortalecimento da economia solidária desenvolvidas nas diversas instâncias do Governo Federal. Algumas iniciativas são bastante ilustrativas desse aspecto, entre elas: a parceria entre SENAES/MTE e Ministério da Justiça que promove ações voltadas para a geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, sob a responsabilidade do Ministério da Justiça. Essa iniciativa apresenta a economia solidária como estratégia de prevenção à violência. A ação da SENAES também tem servido de elemento catalisador para o crescimento de iniciativas de políticas de economia solidária nos estados e municípios da federação. Não menos importante tem sido a atuação desta Secretaria no sentido da construção de uma política pública mais participativa, desenvolvida em parceria com organizações da sociedade civil.

Na análise de França Filho (2006), a política pública de economia solidária apresenta três vocações importantes para sua efetividade: a) é uma política de articulação, tanto na interação com a sociedade civil no processo de concepção e implantação, quanto, nas relações intragovernamentais, ressaltando seu caráter transversal que vai além das demandas relacionadas à dimensão econômica, b)

possui vocação indutiva de processo de organização e desenvolvimento e c) é uma política de estratégia coletiva. O autor chama atenção para as fragilidades institucionais presentes no atual contexto de implantação dessas políticas.

Na compreensão de Pochmann “poucas têm sido as experiências de políticas públicas articuladas e integradas a uma estratégia de inclusão soberana e de caminhos associados à autonomia social, política e econômica coletiva” (2004, p. 30). Para o autor, a política pública de economia solidária, apresenta cinco grandes lacunas que podem ser determinantes para a economia solidária, sendo: a) a inexistência de um marco regulatório da economia solidária, b) a ausência de linhas de financiamentos que atendam aos princípios éticos da economia solidária e às especificidades de seus empreendimentos, c) a carência de redes de produção e difusão de tecnologias e formação técnica para a economia solidária, bem como, do apoio a pesquisa, d) a inexistência de ações voltadas para a economia solidária no âmbito das políticas de indústria e comércio exterior, e) o alijamento das práticas de economia solidária das compras públicas, diante da inexistência de legislação reguladora que permita aos órgãos públicos comprar bens e serviços ofertados pela economia solidária.

Em relação às especificidades das ações e a transversalidade e intersetorialidade das políticas da economia solidária, presentes no contexto estudado, percebemos que um longo caminho ainda precisa ser percorrido. O modelo tradicional das políticas fragmentadas, descontínuas e descontextualizadas foi apontado pelos delegados e delegadas presentes na II Conferência de Economia Solidária do Território Sertão do São Francisco, realizada nos dias 22 e 23 de abril de 2010, como um dos limites na forma de implantação das políticas públicas de economia solidária na Bahia, bem com, a insuficiência de recursos e ações voltadas para o fortalecimento dos processos de produção e comercialização dos EES, principalmente no que diz respeito às questões de logísticas e infraestrutura de armazenamento e comercialização dos produtos da economia solidária. Um estudo mais aprofundado sobre a intersetorialidade e a transversalidade das políticas

próprias da economia solidária no estado da Bahia ajudaria a apresentar uma análise mais detalhada dessa realidade.

No âmbito federal, observamos que as políticas de apoio a economia solidária possuem maior visibilidade no universo estudado, a exemplo das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar que apresentam ações que beneficiam diretamente os empreendimentos de economia solidária e da agricultora familiar. Nesse sentido, destaca-se o Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional de Economia Solidária – PLANSEQ ECOSOL, desenvolvido em parceria entre o Departamento de Qualificação, da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego e a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho². O PLANSEQ ECOSOL, voltado para a qualificação social e profissional para os trabalhadores da economia solidária, vem sendo executado pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA, desde 2006, no Território Sertão do São Francisco, tendo entre o público beneficiário os trabalhadores dos empreendimentos membros da Rede Sabor Natural do Sertão.

Outra ação que atende aos Empreendimentos Econômicos Solidários da agricultura familiar é o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que realiza a compra direta dos produtos dos agricultores familiares ou associações/cooperativas, sem licitação, e distribui para a população em situação de insegurança alimentar. Esse programa é desenvolvido no âmbito do Programa Fome Zero sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Essa política tem contribuído para o fortalecimento da comercialização dos empreendimentos econômicos solidários, uma vez que, através da compra direta, possibilita o escoamento da produção agropecuária proveniente da agricultura familiar.

No entanto, a avaliação presente nos relatórios das Conferências Territoriais de Economia Solidária do Estado da Bahia, realizadas nos meses de março e abril 2010, aponta que as políticas públicas da economia solidária, ainda estão aquém dos ideais de uma política estratégica, que garanta um novo marco regulatório e

² Ver: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_formacao.asp, visitado em: 10/12/2009.

reforce as práticas da economia solidária, caminhando na direção do desenvolvimento local. Compreende-se que as práticas de economia solidária são potencializadoras das dimensões do desenvolvimento local.

1.4. ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O debate acerca do desenvolvimento local nos últimos anos tem sido pautado pela questão do aumento da exclusão social e da miséria, bem como, pelo agravamento da degradação ambiental, com reflexo nas diversas partes do mundo. Nesse contexto, a idéia da sustentabilidade e equidade social passa a fundamentar a concepção de desenvolvimento.

Assim, considerando que as práticas de economia solidária são constitutivas de novas relações sociais produtivas que incorporam os aspectos da solidariedade no processo de inclusão social e econômica e são espaços de experimentação local que vão além das questões estritamente econômicas, alguns pesquisadores têm apontado a economia solidária como uma estratégia de promoção de desenvolvimento local, principalmente pelo seu potencial de inserção nos processos locais e de preservação cultural e ambiental.

Na compreensão de Silva (2009),

O desenvolvimento local ou sustentável não é apenas um arranjo estratégico para promoção de desenvolvimento econômico em comunidades ou regiões pobres ou estagnadas que estão às margens do progresso alcançado pela civilização contemporânea. A principal estratégia é a integração de iniciativas (ações, programas ,etc) em torno do desafio de potencializar as capacidades locais e territoriais para promoção de alternativas de trabalho, renda, cidadania e melhorias das condições de vida. Também valorizam o uso sustentável e preservação dos bens naturais e a promoção de iniciativas empreendedoras autogestionárias, articulando a geração de trabalho e renda com a construção das relações socioeconômicas solidárias. (p.01)

Por estar inserida em dinâmicas locais, apresentar um rico universo associativo e relações de convivência, a economia solidária tem sido apontada como um dos atores fomentadores da emancipação social, política e econômica de homens e mulheres no processo de enfrentamento da pobreza (SILVA, 2009).

As práticas da economia solidária englobam diferentes dimensões da sustentabilidade, como demonstra a experiência da COOPERCUC, em que estão presentes aspectos econômicos, sociais e ambientais. Segundo França Filho e Santana Junior (2004) “o grau de desenvolvimento local e sua sustentabilidade num território supõe um equilíbrio dinâmico entre as várias dimensões que atravessam a vida das pessoas.”

Para Silva (2008):

A sustentabilidade implica a conquista de novos direitos relativos ao ambiente, à cultura, à autodeterminação dos povos e à igualdade de raça, gênero e etnia. (...) a sustentabilidade econômica é a promoção do crescimento das forças produtivas e da produtividade ambientalmente equilibrada, com a construção de novas dinâmicas de geração e de redistribuição das riquezas. Sob a ótica da sustentabilidade, o objetivo estratégico das atividades econômicas deveria ser a elevação da produtividade global, incentivando atividades produtivas adaptadas às condições ecológicas da região, baseando-se na utilização racional dos recursos naturais e na valorização do trabalho humano. Expressa, portanto, uma nova racionalidade que valoriza as formas de produção apropriadas aos ecossistemas como potenciais para um crescimento econômico equitativo e sustentável. (p. 184-185)

A economia solidária articula-se com o desenvolvimento local à medida que desenvolve uma linha de atuação e participação que vai além das questões estritamente econômicas. Os dados do SIES (2005/2007) mostram que os atores da economia solidária estão envolvidos nos espaços de discussão e articulações dos seus territórios, como revela a figura abaixo.

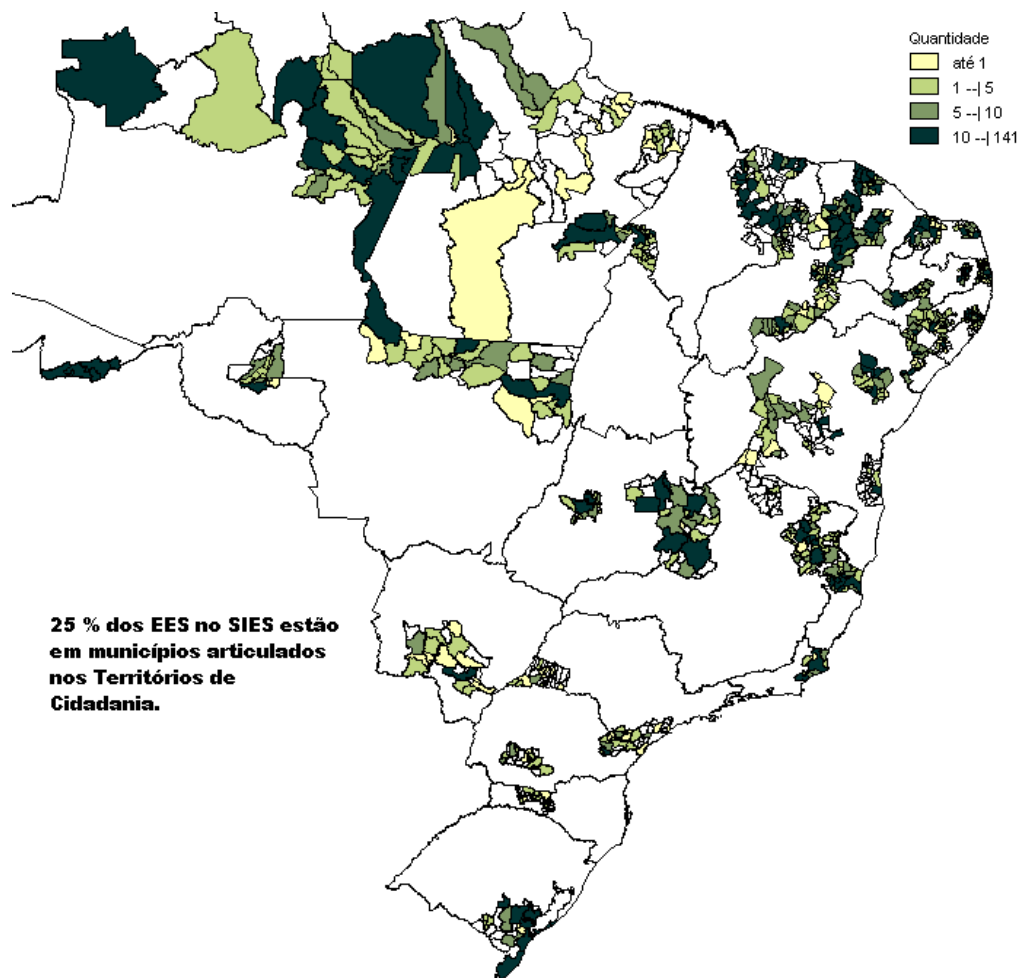


Figura 1: Mapa da dos EES articulados nos Territórios
 Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil – 2007

As articulações dos territórios, em contrapartida, são espaços de fomento à economia solidária. A organização de EES em redes de economia solidária também tem fortalecido sua integração e mobilização para o aproveitamento das potencialidades dos recursos locais. Segundo França Filho (2007, p.160) “tal economia estimula, no território, um circuito integrado de relações socioeconômicas envolvendo produtores/prestadores de serviço e consumidores/usuários de serviços, numa lógica de rede”.

A atuação articulada dos atores locais, pactuados em torno de objetivos comuns, contribui para a construção de um novo modelo de organização socioeconômico que se contrapõe ao capitalismo vigente. Nesse sentido, as redes de economia solidária, à medida que fortalecem a economia local, as comunidades e a articulações de

atores sociais em torno da gestão participativa de seus territórios, têm sido apontadas como alternativas de desenvolvimento local sustentável. Entretanto, é importante ressaltar que nem todos os empreendimentos estão organizados em redes., Os dados do SIES retratam que, no estado da Bahia, dos 1.611 EES mapeados, apenas 612 participam de redes solidárias no âmbito local e territorial. A observação dos dados aponta que a maioria das articulações envolve a participação de empreendimentos e organizações sociais. A hipótese aqui reforçada é que as redes solidárias para se constituírem em elemento potencializador do desenvolvimento demandam um processo de formação dos atores locais e o fortalecimento dos aspectos da cooperação e da ação coletiva.

1.5. AS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

As redes de economia solidária constituem-se em espaços de organizações coletivas que agregam uma diversidade maior de experiências em diferentes escalas, locais, regionais, nacional e internacional. “(...) as redes são a forma de auto-organização mais evidente e mais antiga. Ela consiste num associacionismo mais amplo, compreendendo um certo número de experiências concretas de organizações de fomento e apoio que compartilham valores e regras comuns. As redes se estendem em diferentes escalas entre o local, o regional, o nacional e o internacional. Essa é, por excelência, a forma de organização, dos movimentos associativos atuais.”(FRANÇA FILHO, 2007, p.168)

Nos últimos anos, multiplicou-se o número de experiências de redes de economia solidária voltadas para o fortalecimento do processo de comercialização dos EES, a exemplo das redes do comércio justo, redes e fóruns de articulação política, trocas de experiências, ações consensuadas em torno de objetivos comuns e compartilhamento de recursos e competências. Para Mance (1999):

As redes de colaboração solidária podem ser consideradas em três aspectos: econômico, político e cultural. Com isso, queremos destacar que

não são três redes que superpõem, mas uma única rede que tanto canaliza fluxos cujas propriedades podem ser consideradas sob esses três aspectos, quanto efetiva ações que atualizam, em maior ou menor medida, algum desses caracteres. Com efeito, é impossível desenvolver-se qualquer atividade política sem a mediação condicionante de elementos econômicos e culturais; igualmente toda ação econômica supõe uma organização coletiva do poder e um conjunto de mediações simbólicas: por fim, as ações culturais, do mesmo modo, estão intrinsecamente condicionadas por elementos econômicos e políticos. (MANCE, 1999, p. 47)

A necessidade de ampliação dos mercados, a tentativa de acessar recursos, o uso de uma marca ou a certificação dos produtos, são elementos econômicos impulsionadores e mobilizadores de processos de articulação de redes de economia solidária.

Considerando-se o seu aspecto econômico, trata-se de uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs etc.) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, autossustentável, antagônico ao capitalismo. (...) O objetivo básico dessas redes é remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas: (a) produzindo nas redes tudo o que elas ainda consomem no mercado capitalista: produtos finais, insumos, serviços etc.; (b) corrigindo fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista (...); (c) gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; (d) garantindo as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. (MANCE, 2003, p. 220-221)

Apesar dos aspectos econômicos serem, em muitos casos, estimuladores da formação de redes de economia solidária, outros elementos fazem-se presentes no ambiente dessas redes, extrapolando as questões econômicas. Esses elementos fomentam a ação pactuada dos atores sociais em âmbito local e global e possibilitam a troca de experiência e a ação emancipatória dos sujeitos envolvidos em seus territórios.

Para França Filho e Cunha (2009):

As redes de economia solidária podem ser vistas como uma estratégia complexa de cooperação para o desenvolvimento local. Ao induzir a constituição de circuitos próprios de comercialização e produção, tais redes criam essa nova modalidade de regulação econômica. (p.225)

Nesse entendimento, as redes de economia solidária aparecem como elemento importante para a permanência e efetividade dos empreendimentos e para geração de novas dinâmicas de desenvolvimento local. Todavia, os Empreendimentos Econômicos Solidários apresentam certo isolamento econômico e uma atuação em rede de produção e comercialização ainda difusa dentro dos seus territórios, o que é confirmado pelos dados do SIES: apenas 1% dos EES tem como fonte de matéria prima e insumos os produtos de outros EES, o que demonstra a dificuldade de articulação das cadeias produtivas locais e de relações comerciais no interior da economia solidária. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que as redes de economia solidária se apresentam como alternativa de fortalecimento dos EES, a sua articulação e consolidação coloca-se como desafio.

Entretanto, o SIES aponta que são nos espaços locais que se estabelecem os processos de comercialização dos empreendimentos. A maioria dos EES visitados na Bahia comercializa seus produtos e serviços na própria comunidade (45%) e em mercados municipais (27%). Nesse caso, observa-se que os produtos da economia solidária destinam-se a mercados que permitem a relação direta entre produtor e consumidor. Esse cenário potencializa a articulação de redes locais que integre a produção e o consumo solidário, através do processo de fortalecimento dos vínculos entre os empreendimentos e destes com a comunidade, num processo de retroalimentação e dinamização das economias locais (FRANÇA FILHO; CUNHA 2009).

Nesse contexto, a ação das organizações sócias e o apoio das políticas públicas são fundamentais para a consolidação das redes de economia solidária e para o apoio a processos de construção de novas práticas que caminhem no sentido do desenvolvimento local. No entendimento de que as redes solidárias envolvem atores sociais (EES, ONGs, Sindicatos, universidades, etc) em torno de processos de gestão compartilhada e articulações políticas, possibilitam ambientes propícios à troca de experiência e à construção de estratégias de atuação capazes de impactar na mudança das condições de vida das populações locais.

Assim, as redes de economia solidária podem representar uma saída para os empreendimentos mais fragilizados, bem como possibilitar o acesso dos produtos da economia solidária aos mercados capitalistas. Nessa perspectiva, as redes de economia solidária articulam-se com as redes de comércio justo no processo de mobilização da sociedade para o consumo solidário.

1.6. COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO

O processo de comercialização dos EES tem se dado com maior intensidade nos espaços locais. No Brasil 53,7% comercializam na própria comunidade onde estão localizados, 26,3% no município, 10% no mercado microrregional, 6,6% consegue acessar mercados estaduais, sendo ainda muito pouco o número de EES que conseguem colocar seus produtos no mercado nacional (2,8%) e no internacional (0,6%).³ Apesar de essa realidade apontar a comercialização como um dos principais desafios para os EES, têm crescido as articulações em redes de economia solidária e de comércio justo.

O movimento do comércio justo surgiu entre as décadas de 50 e 60, especialmente no Norte da Europa, motivado pela ideia de potencializar relações comerciais mais justas, preço justo no mercado internacional e ampliação da inserção comercial dos produtores dos países do Sul, marginalizados do mercado convencional, no sentido de superar as desigualdes entre Norte e Sul (ASTI, 2007; JOHNSON, 2004). O comércio justo baseia-se em valores e princípios éticos, boas condições de trabalho, aproximação entre consumidores e produtores, equidade social, preservação ambiental, promoção e respeito dos direitos humanos, principalmente aqueles relacionados às mulheres, crianças e povos tradicionais. O universo do movimento de comércio justo é composto, em sua maioria, por organizações sociais ligadas à Igreja Católica, instituições filantrópicas e por grupos de consumidores.

³ Atlas da Economia Solidária no Brasil 2007. Disponível em:
[HTTP://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html](http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html)

Segundo definição da *European Fair Trade Association* - EFTA, comércio justo é:

Uma parceria comercial que visa ao desenvolvimento sustentável para os produtores excluídos ou desfavorecidos. O Comércio Justo procura alcançar seus objetivos promovendo campanhas, propondo [aos produtores] melhores condições comerciais e educando [os consumidores] para uma tomada de consciência (JOHNSON, 2004, p. 50).

O movimento de comércio justo atua no desenvolvimento de campanhas de divulgação e mobilização de consumidores e na sensibilização política de organizações governamentais e intergovernamentais, responsáveis pela definição das regras de mercado, a exemplo da Organização Mundial do Comércio – OMC, da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, da União Europeia, do Parlamento Europeu, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID, no sentido de pautar a questão do comércio justo nas ações destas organizações (ASTI, 2007). Outra forma de atuação desse movimento, acontece através de práticas comerciais, a exemplo das lojas especializadas, as chamadas *World Shop*, e da certificação dos produtos, o *Fair Trade*.

As lojas especializadas são espaços de comercialização dos produtos do comércio justo e promovem a articulação entre produtores e consumidores, contrapondo-se ao modelo de comércio tradicional. Esse tipo de estabelecimento tem se multiplicado nas últimas décadas em países europeus e, além da comercialização dos produtos, desenvolvem atividades de divulgação e informação dos ideais e princípios do comércio justo e da história dos grupos produtivos por trás de cada produto. Os consumidores identificam os produtos como sendo de comércio justo pela característica conferida ao estabelecimento comercial.

O *Fair Trade* é caracterizado pela certificação que concede aos produtos o selo de qualidade. O selo confere ao produto maior valor agregado, à medida que assegura a origem, a qualidade e a identidade de comércio justo. A certificação contribui no processo de acesso a mercados e favorece a interação dos grupos em redes de comércio justo. Os produtos certificados podem ser comercializados nas lojas

especializadas e também acessar outros mercados ao serem comercializados diretamente em estabelecimentos comerciais convencionais. A certificação possibilita a cobertura dos custos de produção através de um preço mínimo, acesso a informações sobre mercados consumidores, pré-financiamento da produção, garantia de preço justo, orientações sobre a qualidade do produto e aproximação entre produtores e consumidores. Uma das maiores certificadoras do Comércio Justo na atualidade é a *International (Fair Trade Labelling Organizations International)* - FLO,⁴ criada em 1988 na Holanda, que articula diversas organizações de certificação de países da Europa, América do Norte e Japão. “A FLO coordena o trabalho das organizações de atribuição de marcas registradas, supervisionando, em particular, a harmonização e o acompanhamento dos critérios. A partir de 2001, representantes dos produtores começaram a fazer parte de seu Conselho de Administração.”(JOHNSON, 2004, p.133)

Para receberem a certificação FLO – CERT, as organizações de produtores devem atender aos seguintes critérios:

- Apresentar potencial de desenvolvimento social;
- Apresentar democracia, participação, transparência em suas práticas;
- Não apresentar práticas de discriminação de pessoas por raça, gênero, sexualidade, religião, nacionalidade, ideologia, etc;
- Possuir capacidade para exportar, consolidação da situação econômica da organização;
- Proteção ao meio ambiente;
- Fortalecimento econômico da organização;
- Condições de trabalho: oferecer saúde, segurança; liberdade sindical e não contar com práticas de trabalho infantil⁵.

⁴ FLO (Organização Internacional de Labelling), a *IFAT (International Federation for Alternative Trade)*, a *EFTA (European Fair Trade Association)*, a *NEWS! (Network of European World Shops)* fazem parte da mesa redonda *FINE*.(nome formado pelas letras iniciais dessas organizações), com sede em Bruxelas, que atua na sensibilização política de organizações intergovernamentais . Ver mais em: (JOHNSON, 2004; ASTI, 2007).

⁵ Ver “Documento Explicativo sobre os CRITÉRIOS GERAIS DE COMÉRCIO JUSTO Para Organizações de Pequenos Produtores” (FLO, 2006) disponível em:

A certificação do comércio justo, apesar de possibilitar benefícios econômicos e sociais para os grupos certificados, melhorando os processos de gestão financeira, ampliando os mercados e fortalecendo suas organizações, exclui os grupos mais fragilizados, cujos produtos não atendem aos critérios de qualidade proposto, que produzem em baixa escala ou não possuem os recursos financeiros necessários para pagamento das altas taxas de certificação. Muitos dos grupos que possuem certificação, número ainda pequeno no Brasil, contam com o apoio de organizações sociais e agências de cooperação internacional, que financiam projetos para a implantação de infraestrutura produtiva e de comercialização dos grupos e para o desenvolvimento de atividades voltadas para a formação dos trabalhadores.

Muitas das organizações participantes do movimento do comércio justo, a exemplo da *ONFAN* e da *World Wide Fund - WWF*, apresentam-se no cenário mundial como fortes parceiras dos programas da cooperação internacional num contexto onde a superação da pobreza é uma das principais pautas políticas. Segundo ASTI (2007, p.74), “o fato da luta contra a pobreza ser hoje foco dos Objetivos do Milênio coloca o movimento do comércio justo no centro das discussões de reforma das regras de mercado, avaliando-se os efeitos benéficos e negativos do comércio para a diminuição da pobreza no mundo.” Entretanto, diferentes posições têm surgido no seio do movimento, diante do atual contexto de expansão do comércio justo e aumento de escala de seus produtos.

Um dos principais debates ocorrido no interior do movimento do comércio justo divide seus membros em duas posições distintas. De um lado estão os que acreditam na ideia de que é possível promover mudanças no mercado tradicional que resultem em práticas comerciais baseadas em princípios éticos e na justiça social. Nesse sentido, defendem que a comercialização dos produtos do comércio justo através das grandes distribuidoras convencionais é de fundamental importância para o aumento da sua escala e para a sustentabilidade econômica das suas

http://www.facesdobrasil.org.br/midioteca/cat_view/914-comercio-justo-no-mundo/942-artigos-documentos-e-relatorios.html

organizações. Desse ponto de vista, os princípios do comércio justo, refletido em seus produtos, bem como, a pressão dos consumidores, podem promover mudanças no sistema produtivo e comercial internacional.

Em outra direção, os críticos dessa concepção defendem a criação de espaços comerciais alternativos em contraposição ao modelo dominante. Existe nessa corrente o temor de que a comercialização em grandes redes de supermercados fragilize os princípios do comércio justo e o comprometimento do mesmo com os pequenos produtores. As críticas apontam para os riscos de que as empresas tradicionais, ao aumentarem a venda de produtos com características similares aos produtos do comércio justo, apropriem-se de suas práticas e do seu conceito. Segundo ASTI (2007), “Sendo administrados por grandes corporações e estando lado a lado com produtos similares nas prateleiras do mercado convencional, tanto orgânicos como comércio justo, acabam incorporados à mesma lógica comercial do mercado tradicional, distanciando-se da perspectiva original atrelada à lógica do mercado alternativo.” (p. 20). Na visão da autora, o fluxo produtivo e cultural pode sofrer mudanças diante da exigência do aumento na escala e de modificações no padrão de produção.

Os defensores do comércio alternativo chamam atenção para a importância da sensibilização dos consumidores, entendendo o consumo como um ato político, no processo de ampliação e fortalecimento dos espaços de comercialização alternativos que se contraponham ao mercado convencional. Nesse sentido, é fundamental a articulação entre consumidores e produtores e a inclusão dos produtos do comércio justo nos mercados nacionais, através do fortalecimento das iniciativas alternativas locais e da integração com outros movimentos, na busca de novos caminhos distributivos que venham favorecer a integração e valorização dos pequenos produtores e de seus territórios.

Nessa perspectiva, surge no contexto brasileiro um debate em torno do comércio justo, articulado por organizações não governamentais, gestores públicos, organizações de produtores, entidades religiosas, entidades certificadoras e

movimento sindical, entre outros, voltado para os mercados nacionais e para inclusão de um número maior de produtores nesses mercados (FRANÇA, 2003). O movimento do comércio justo, no Brasil, evolui num sentido de convergência com o movimento da economia solidária, trazendo como proposta a construção de um mercado brasileiro para os produtos do comércio justo, no sentido de potencializar as relações comerciais dos empreendimentos no mercado e limitar a dependência das exportações presentes no mercado do comércio justo internacional.

Articulando comércio justo com economia solidária, o debate brasileiro evolui para a defesa da bandeira do comércio justo e solidário numa perspectiva de política pública, entendendo que o fortalecimento das relações comerciais dos grupos de produtores, historicamente marginalizados do mercado tradicional, pressupõe a implantação de ações de fomento que venham potencializar os processos produtivos e comerciais dos empreendimentos. Assim, desde 2006, tem ocorrido um intenso debate entre o governo e a sociedade civil a respeito da proposta de implantação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. A proposta, em elaboração, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) define comércio justo como: “o fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça, solidariedade e transparência, que resulta no fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários no território nacional.” (Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, 2009)

Conforme a proposta, em elaboração, do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário, as suas características são:

- a) promoção de condições dignas de trabalho e remuneração para as atividades de produção, agregação de valor e comercialização, incluindo a prática do preço justo para quem produz e consome os produtos e serviços do Comércio Justo e Solidário - CJS;
- b) a sustentabilidade sócio-ambiental das redes de produção e comercialização;
- c) o respeito e a preservação do meio-ambiente;

d) a valorização, nas relações comerciais, da diversidade étnica e cultural e do conhecimento das comunidades tradicionais⁶.

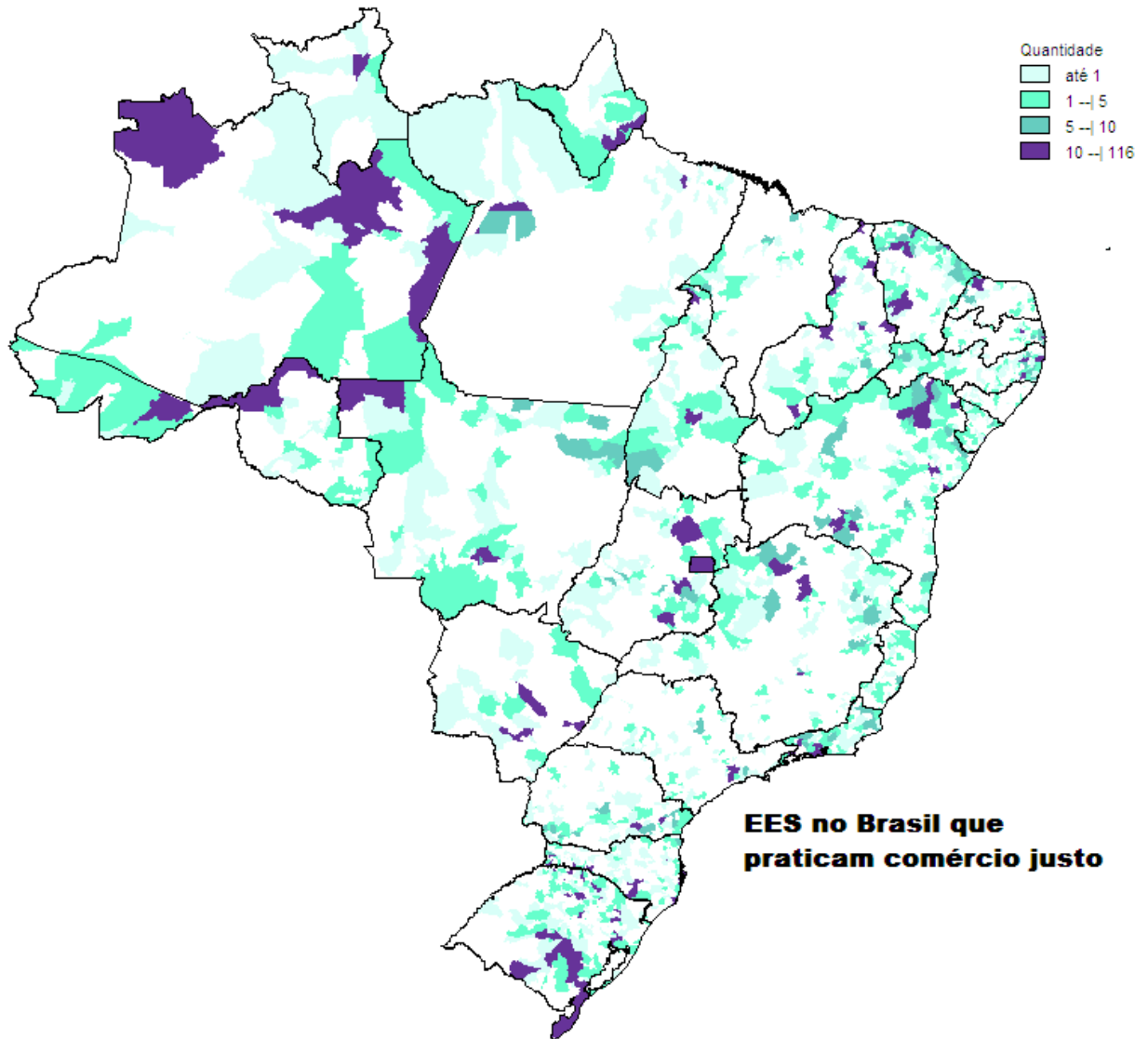


Figura 2: Comércio Justo no Brasil
Fonte: Atlas da economia solidária no Brasil – 2007

Segundo o SIES 2005/2007, 60% dos empreendimentos mapeados no Brasil já realizam a comercialização coletiva de seus produtos ou serviços. Diante da concepção trazida por Mance (2003) de que as redes solidárias se colocam como uma estratégia de articulação entre produção e consumo, a integração dos atores

⁶ Idem

do comércio justo e da economia solidária vem contribuir para o enfrentamento dos desafios da comercialização dos EES.

2. REINVENTADO PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO SEMIÁRIDO: O CASO DA COOPERCUC E SUAS ARTICULAÇÕES EM REDES

2.1. CONTEXTUALIZANDO A REDE SABOR NATURAL DO SERTÃO

A Rede Sabor Natural do Sertão surgiu em 2004, como resultado da articulação entre diversas entidades, no intuito de fortalecer o processo de produção e comercialização dos empreendimentos da agricultura familiar e comunidades tradicionais, localizados no semiárido nordestino. A ideia de criação de uma marca que fortaleça e dê visibilidade aos produtos da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, possibilitando a ampliação da sua inserção no mercado, mobiliza entidades de assessoria, a exemplo do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA, organizações de agricultoras e agricultores familiares e comunidades tradicionais em torno da Rede Sabor Natural do Sertão. Atualmente a Rede possui 99 membros, 87 empreendimentos econômicos e 21 entidades de apoio, localizadas na região semiárida dos estados da Bahia, Pernambuco e Piauí.

A Rede Sabor Natural do Sertão tem como missão “Promover o fortalecimento de entidades e grupos que atuam na agricultura familiar e comunidades tradicionais para a construção participativa nos processos produtivos e gerenciais para o desenvolvimento sustentável e solidário⁷”. Seus objetivos são: a) Promover o fortalecimento das organizações representativas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da agricultura familiar e comunidades tradicionais em prol de seus interesses coletivos. b) Defender os interesses político, econômico, social e ambiental sustentável das organizações participantes da Rede; c) Promover a capacitação das organizações integrantes da Rede; d) Articular e mobilizar as organizações para inserção nos espaços de decisão política; e) Fortalecer os processos de produção e comercialização da agricultura familiar e comunidades tradicionais; f) Promover o

⁷ Documento da Rede Sabor Natural do Sertão – “Histórico, princípios e objetivos” - maio/2008.

fortalecimento das organizações fundamentadas nos princípios da economia solidária⁸;

A Rede trabalha orientada pelos princípios da: a) Segurança alimentar e nutricional; b) Economia Solidária; c) Equidade nas relações de gênero, gerações, raça e etnia; d) Agricultura familiar e comunidades tradicionais; e) Harmonia com o meio ambiente e conservação dos recursos naturais; f) Prática do associativismo e cooperativismo; g) Gestão participativa e compartilhada; h) Valorização e respeito à pluralidade e à diversidade cultural⁹.

A Rede Sabor Natural do Sertão articula diversas experiências de organização da produção e comercialização. Seus membros são empreendimentos econômicos solidários da agricultura família e/ou de comunidades tradicionais, cuja atividade econômica corresponde ao beneficiamento de produtos típicos do semiárido ou a produção de artesanato característico desta região. Entre eles: Associação de Desenvolvimento Rural e Agropecuário de Prevenido – ADRAP (América Dourada/BA); Associação Comunitária de Lagoa Funda, Associação Comunitária de Volta Grande; Polpas e Frutas do Sertão; Cooperativa Agropecuária Mista de Barro Alto - AGROCOOP; Associação dos Esportista e Estudantes de Lages (Sento Sé/BA); Associação de Produtores de Oliveira dos Bejinhos/BA; Associação de Produtores de Gunhã (Juazeiro/BA); Associação dos Pequenos Produtores do Povoado de Covão e a Associação dos Apicultores de Jaguarari (Jaguarari/BA); Cooperativa Agropecuária do Polo de Remanso - COAPRE (Remanso- BA); COOPERVIDA (Juazeiro/BA); Cooperativa Agropecuária de Curaçá, Uauá e Canudos - COOPERCUC – BA; Movimento de Mulheres da Serra Geral (Caetité/BA), Cooperativa de Apicultores e Apicultoras do Território de Irecê – COOAPTI (Irecê/BA); Grupo de Beneficiamento de Frutas de Zabelê (Território de S. Raimundo Nonato/PI), Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar – COPROAF

⁸ idem

⁹ Carta de princípios da Rede Sabor Natural do Sertão (2008)

(Território do Médio Rio de Contas); Grupo de beneficiamento de frutas de Caetité e região (Território do Sertão Produtivo- BA).

Também fazem parte da Rede organizações não governamentais, entidades de representação dos trabalhadores, instituições religiosas e organizações ambientalistas que atuam no apoio e fomento à economia solidária e à agricultura familiar no semiárido nordestino. Entre elas: Centro de Educação Comunitária Rural - CECOR- Serra Talhada/PE; Polo Sindical – Petrolândia/PE; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remanso – BA; Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais – SASOP;- Remanso/BA; Cáritas – São Raimundo Nonato e Coronel José Dias/PI; Centro de Assessoria do Assuruá – CAA; Gentio do Ouro/BA; Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas –CAATINGA - Ouricuri/PE; Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA – Juazeiro/BA; CONVIVER - Mirandiba/PE; GARRA – Irecê/BA; Fundação Desenvolvimento Integrado do São Francisco - FUNDIFRAN – BA.

As entidades articuladas na Rede Sabor Natural do Sertão fazem a gestão coletiva da marca SABOR NATURAL DO SERTÃO, o que possibilita aos grupos da agricultura familiar e comunidades tradicionais colocar no mercado produtos característicos da região semiárida nordestina. A marca da rede garante a origem e qualidade do produto, identificando o mesmo como da agricultura familiar e produzido no semiárido, bem como possibilita a abertura de novos espaços de comercialização.

Para garantir a qualidade e a escala comercial exigidas pelo mercado, bem como fortalecer o processo de produção e a gestão dos grupos, a Rede atua nas seguintes linhas de ação: a) informação e capacitação; b) articulação e mobilização dos grupos, principalmente nos processos de articulação e construção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar; c) comunicação e marketing; d) gestão da marca Sabor Natural do Sertão; e) Produção e beneficiamento; f) comercialização. Desenvolve um processo de formação permanente junto aos grupos membros, possibilitando a circulação de informações, a troca de experiências

e a sistematização dos conhecimentos construídos. A rede, também, viabiliza a participação dos empreendimentos em feiras e eventos de divulgação, a exemplo da Feira Nacional de Agricultura Familiar, promovida anualmente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

A Coordenação da Rede Sabor Natural do Sertão está dividida em quatro núcleos, envolvendo entidades de apoio e empreendimentos localizados nos territórios, São Raimundo/Piauí e Remanso/Bahia, Juazeiro e Uauá/BA, Irecê e Velho Chico, Sertão Produtivo e Cabeceira do Rio de Contas. A coordenação da rede possui uma frequência de reuniões trimestrais. Como não dispõe de recursos próprios, a coordenação da Rede aproveita os espaços de outras atividades para realizar suas reuniões.

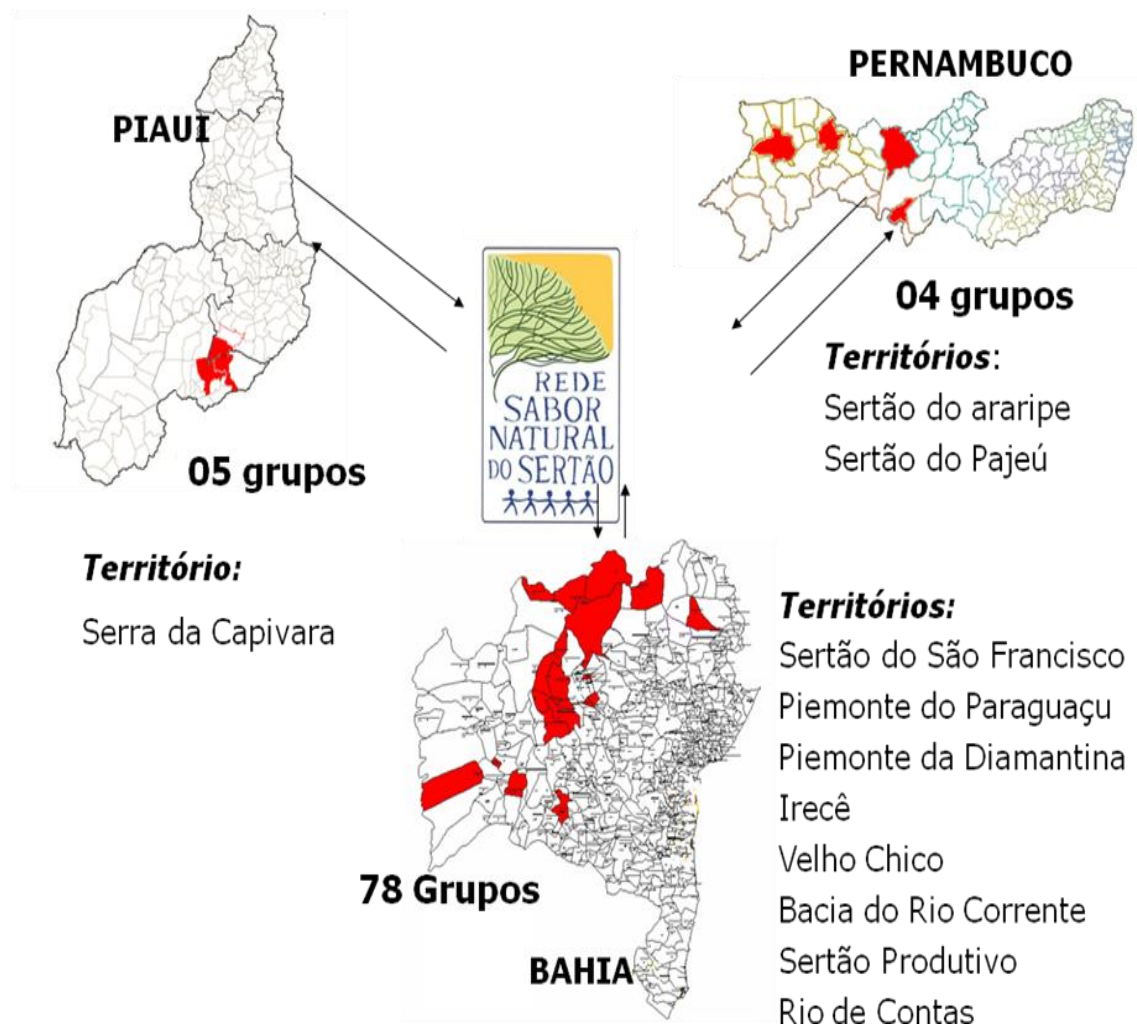


FIGURA 3 - Área de atuação da Rede Sabor Natural do Sertão
Fonte: Rede Sabor Natural do Sertão

A Rede Sabor Natural do Sertão foi criada a partir da experiência do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada - IRPAA¹⁰, em parceria com as Dioceses de Juazeiro e Paulo Afonso, junto às mulheres e jovens moradores de comunidades rurais dos municípios de Curaçá, Uauá e Canudos. Essa experiência resultou na criação da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá - COOPERCUC, cooperativa que articula grupos de agricultores e agricultoras familiares dos municípios baianos de Curaçá, Uauá e Canudos através do processo de organização da produção, beneficiamento e comercialização de furtas nativas da região.

Desde 2007, a Rede Sabor Natural do Sertão promove atividades de formação e qualificação técnica dos agricultores integrantes dos empreendimentos e dos técnicos das organizações sociais. Os cursos, financiados pelos recursos do projeto Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária - PLANSEQ Ecosol, (projetos 2007/2008 e 2009/2010), são divididos em módulos, nas seguintes temáticas: a) Beneficiamento da Produção: prática, qualidade, diversidade, escala, rotulagem, embalagem, envasamento; b) Comercialização, Marketing, Estratégias de vendas; c) Meio Ambiente, Certificação e Registro de Produtos; d) Organização / Autogestão / Plano de Negócio. Também são realizadas oficinas, seminários temáticos e atividades de trocas de experiência. O projeto PLANSEQ que atende à Rede não possui identidade jurídica e é executado pelo IRPAA.

Observamos que a metodologia e os conteúdos trabalhados pela Rede em seus processos formativos têm como referência o trabalho desenvolvido pelo IRPAA junto a COOPERCUC. Os conhecimentos acumulados por essa cooperativa têm potencializado os processos de organização e aprendizado da Rede Sabor Natural

¹⁰ O IRPAA é uma organização não governamental, com sede em Juazeiro/Bahia, que atua no semiárido baiano. Desenvolve ações na área de educação ambiental contextualizada, formação das comunidades para o cultivo e práticas produtivas apropriadas a essa região, assistência técnica aos grupos produtivos, desenvolvimento e implantação de tecnologias hídras a exemplo das cisternas familiares, fortalecimento das práticas de conservação e recomposição. Atua, também, no apoio e fomento à economia solidária e nos espaços de discussão, proposição e formulação de políticas públicas. Ver mais informação em: www.irpaa.org.br

do Sertão, principalmente por ser uma experiência que desenvolve práticas de convivência com o semiárido e de conservação dos recursos naturais da caatinga. A COOPERCUC constitui-se em referência, também, por se organizar internamente em formato de rede e ser um dos grupos mais estruturados da Rede Sabor Natural do Sertão, com 14 unidades de beneficiamento, produção em escala e volume de comercialização regular.

2.2 A COOPERATIVA AGROPECUÁRIA FAMILIAR DE CANUDOS, UAUÁ E CURAÇÁ - COOPERCUC

A Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá - COOPERCUC articula 16 grupos de produção, localizados em comunidades rurais dos municípios de Curaçá, Uauá e Canudos - Bahia. A sede principal da COOPERCUC fica localizada em Uauá, cidade de 25.993 habitantes, sendo 9.608 moradores da área urbana e 16.385 da área rural do município¹¹. A exemplo da maioria dos municípios do semi-árido nordestino, a população dos três municípios onde a cooperativa está inserida está concentrada na área rural, como demonstra os dados do IBGE, que revela que os municípios de Uauá (63%), Canudos (62%) e Curaçá (49%) abriga grande parte de sua população na área rural.¹²

Curaçá, Uauá e Canudos estão entre os 257 municípios baianos inseridos no semiárido brasileiro, correspondendo a uma área de aproximadamente 969.589,4 Km² da região Nordeste, ou seja, 65% do território nordestino.

Os municípios que integram o espaço do semiárido se caracterizam pela baixa pluviosidade, escassez e irregularidade na precipitação de chuvas, altas temperaturas, baixa umidade, elevada taxa de evaporação e predominância de

¹¹ Dados IBGE – Censo 2000

¹² idem

vegetação de caatinga, além de solos deficientes em matéria orgânica (SILVA, 2008).



FIGURA 4: Região do Semiárido da Bahia
Fonte: SEI. Bahia Análises e Dados v. 18, n.2, Salvador, p.241, 2008

Na região do semiárido, os períodos de seca ocorrem com frequência. A presença do fenômeno natural da seca contribui para a presença de desequilíbrios sociais e econômicos e para a desorganização da estrutura produtiva da região de semiárido. A escassez de chuvas dificulta a percepção das diferenças físicas, climáticas e ambientais e a diversidade biológica existente na realidade complexa da região.

2.3 DO “COMBATE A SECA” À “CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO”

Um aspecto importante para a compreensão da experiência da COOPERCUC é o contexto da mudança do paradigma de “combate a seca” para o pensamento de que é possível aprender a “conviver com o semiárido”. A concepção da convivência contribui para o debate sobre uma nova perspectiva do desenvolvimento, apresentando aspectos que dialogam com os princípios da sustentabilidade, à medida que ela “expressa uma mudança na percepção da complexidade territorial e possibilita construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza” (SILVA, 2008, p. 188).

A crítica ao modelo de desenvolvimento pensado para o semiárido, baseada na visão de “combate a seca”, fundamentada na compreensão de que a seca é uma questão natural e que é possível aprender a conviver como o semiárido, coloca o desafio de se pensar novas estratégias de enfrentamento da problemática do semiárido brasileiro. No debate acerca da noção de “convivência” um dos desafios está relacionado à perspectiva de transformações produtivas, que respeitem a complexidade sociocultural e ambiental do semiárido. Entretanto, a questão da “convivência” não se reduz aos elementos socioeconômicos, ela se constitui em formas de articular, experimentar, vivenciar e fortalecer processos e dinâmicas territoriais nas diversas dimensões da sustentabilidade (SILVA, 2008).

Para Silva (2008), “a convivência expressa uma percepção na complexidade territorial e possibilita construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza” (p.188). O autor afirma, ainda, que o grande desafio para a construção do desenvolvimento no semiárido é “construir o sentido da convivência” indo muito além da experimentação de “novas técnicas”, novas “práticas produtivas e ações socioculturais”. É pensar a experimentação de saberes e práticas contextualizadas a realidade do semiárido.

No contexto de mudança do paradigma de desenvolvimento para o semiárido, as organizações sociais que atuam nessa região, constroem novas práticas de produção que buscam o fortalecimento da agricultura familiar e um desenvolvimento sustentável. “O semiárido passa a ser concebido enquanto um espaço no qual é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base na sustentabilidade ambiental e combinando a qualidade de vida das famílias sertanejas com o incentivo às atividades econômicas apropriadas”. (SILVA, 2008, p.24).

Num processo permanente de aprendizado da convivência, uma multiplicidade de práticas e saberes foram experimentados, vivenciados e implantados na região, nas últimas décadas, resultando em aumento da qualidade de vida da população do semiárido, a exemplo:

- a) Tecnologias hídras alternativas de captação e armazenamento da água da chuva. Alguns tipos são para uso familiar (cisternas familiares) e outros são utilizados para o desenvolvimento de atividades produtivas;
- b) Manejo sustentável da caatinga – os chamados **fundos de pastos**¹³ ou **facho** são as experiências mais concretas do uso ecológico e sustentável da caatinga, por possibilitar que as comunidades, através da gestão coletiva da terra e do manejo racional da caatinga, realizem o aproveitamento dos recursos naturais de forma sustentável;
- c) Criação de pequenos animais adaptados às condições socioculturais e ambientais da região, a exemplo da criação de caprinos e ovinos;
- d) Educação contextualizada – A pedagogia da alternância;
- e) Agricultura familiar – uso de tecnologias apropriadas voltadas para a produção orgânica e ecológica, principalmente nas áreas que permite a

¹³ “Fundo de pasto é uma prática tradicional no Semiárido brasileiro. Caracteriza-se pela ocupação e uso da terra de forma comum por uma determinada coletividade que, além dos laços de parentesco e compadrio, tem em comum a criação de animais de pequeno e grande porte, soltos na área, e pequenos roçados de subsistências das famílias e de suplementos alimentares para o rebanho”. (SILVA, 2008, p.205)

irrigação, o cultivo de plantas adaptadas ao clima da região, as lavouras secas, exploração do potencial das plantas nativas, a exemplo do aproveitamento das fruteiras nativas do sertão;

- f) Técnicas de beneficiamento de produtos vegetais e animais, a exemplo do beneficiamento do umbu, processamento de leite e beneficiamento da carne de bode.

A COOPERCUC é um dos resultados da experimentação dessas novas práticas e nasce do trabalho desenvolvido por religiosas da igreja católica nas comunidades rurais dos municípios de Curaçá, Uauá e Canudos. No início, as religiosas buscavam estimular as mulheres das comunidades a aproveitarem todas as potencialidades oferecidas pelas frutas nativas do sertão. As atividades envolviam as mulheres na experimentação de receitas de doces, geléias, compotas e sucos, fabricados artesanalmente em suas cozinhas, no intuito de fortalecer a segurança alimentar de suas famílias.

Aos poucos a experiência foi se propagando de uma comunidade para outra, através dos encontros realizados pelas mulheres para trocar receitas e saberes, surgindo, assim, o “Grupo Unidos do Sertão”. Ainda na década de 90 o trabalho passou a ser fortalecido pelo Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada (Juazeiro/Bahia) - IRPAA, entidade que atua no semiárido brasileiro, trabalhando no desenvolvimento de projetos voltados para a construção e fortalecimento de conhecimentos e práticas de produção apropriadas às realidades ambiental e cultural dessa região. O trabalho foi realizado em parceria com as Dioceses de Juazeiro e Paulo Afonso.

O trabalho do IRPAA, voltado para formação/educação da população sertaneja no desenvolvimento de técnicas apropriadas ao semiárido, fortaleceu a experiência das mulheres do “Grupo Unidas do Sertão”, através do projeto Pro-CUC, que passou a realizar a transformação das frutas em compotas, doces, sucos, polpas pausterizadas e geléias, garantindo maior aproveitamento das frutas e o armazenamento por um período maior de tempo. Esse aproveitamento potencializou

a alimentação das famílias e contribuiu para a diminuição da perda das frutas do umbuzeiro, que produzem apenas durante um período do ano.

As práticas de aproveitamento das frutas nativas do sertão, principalmente o beneficiamento do umbu, representam alternativas econômicas para as famílias. A comercialização das frutas sempre apresentou preços baixos por serem comercializadas “in natura”, apenas no período da safra. O beneficiamento, além de possibilitar o consumo durante todo o ano, também agrega valor ao produto e amplia o mercado consumidor.

FIGURA 5: Comercialização de umbu “in natura” nas ruas da cidade de Juazeiro/Bahia



Foto: Arquivo IRPAA

Na região norte da Bahia, a comercialização dos frutos do umbuzeiro sempre significou uma fonte de renda para as famílias das comunidades rurais. Por falta de alternativa de comercialização, a venda do umbu “in natura” sempre foi realizada de forma precária nas feiraslivres e nas ruas das cidades da região, ou comercializadas junto aos atravessadores, o que faz o produto fazer um longo percurso entre o produtor e o consumidor.

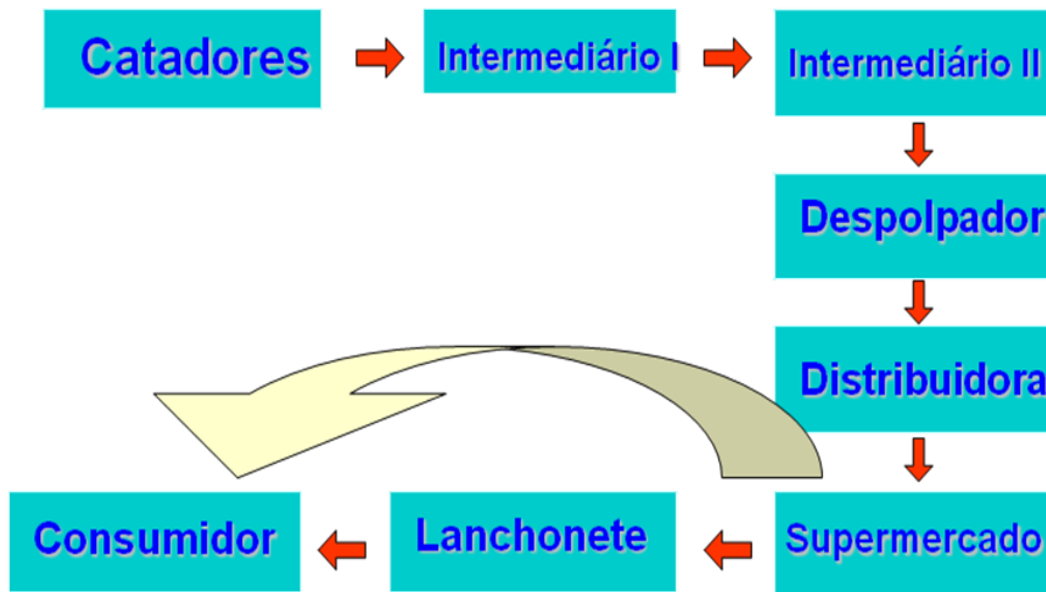


FIGURA 6: Caminhos da comercialização do umbu “in natura”
Fonte: Rede Sabor Natural do Sertão

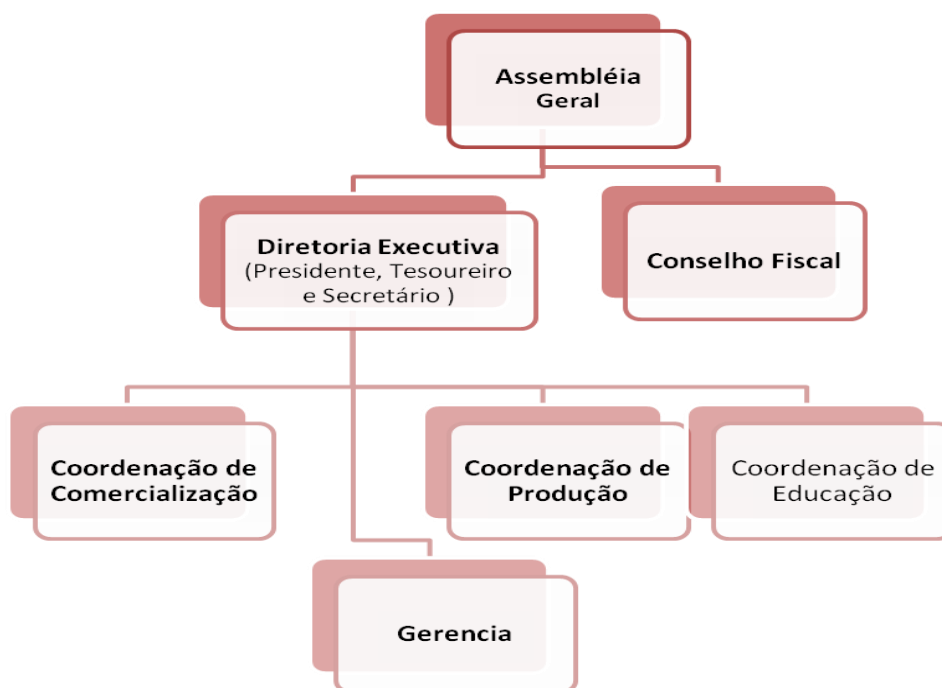
O processo de beneficiamento do umbu potencializa o processo de comercialização, agregando valor ao produto, possibilitando o aumento da renda das famílias produtoras. Assim, com o fortalecimento do processo de comercialização, a COOPERCUC, ainda sem formalização, passa a comercializar a sua produção para o PAA, em 2003, através de um projeto assinado entre a CONAB e três associações locais, e inaugura uma fábrica de beneficiamento, financiada com recursos do IRPAA, captado junto à cooperação internacional. No ano seguinte o grupo passa a se organizar em forma de cooperativa.

A rede interna da COOPERCUC articula 16 grupos de produção que envolve 141 cooperados, destes 91 são mulheres e 50 homens. Levando em conta as pessoas que participam do trabalho dos grupos produtivos, a cooperativa envolve entre 250 a

350 famílias nas suas atividades, entre cooperados e não cooperados, nas 16 comunidades, distribuídas nos três municípios de sua área de atuação.

A estrutura organizativa da COOPERCUC tem na sua base os grupos produtivos nas comunidades que se mobilizam para viabilizar o processo de produção da cooperativa., Cada grupo possui uma coordenação, eleita por seus membros cuja responsabilidade é acompanhar as atividades produtivas, realizar os registros da produção do grupo, monitorar o controle de qualidade do produto e das condições de higiene do processo da produção, controlar o estoque de produtos, acompanhar o cumprimento das metas do grupo e fazer a representação junto à direção da cooperativa.

FIGURA 7: Organograma da COOPERCUC¹⁴



A instância máxima deliberativa da cooperativa é a Assembléia Geral, realizada anualmente ou em caráter extraordinário, onde são tomadas as principais decisões, por maioria dos votos dos sócios. A Diretoria Executiva, com mandato de dois anos,

¹⁴ Esse organograma deve mudar na próxima Assembléia Geral, a ser realizada em junho de 2010, conforme decisão da Assembléia Geral extraordinária, realizada no mês de março.

é responsável pela execução dos encaminhamentos e decisões aprovadas pela Assembléia Geral. Ao Conselho Fiscal cabe o exercício permanente de fiscalização e acompanhamento das atividades e operações executadas pela cooperativa. As Coordenações de Comercialização, Produção e Educação, também fazem parte da estrutura da COOPERCUC.

A estrutura da COOPERCUC conta, ainda, com uma Gerência, ocupada por técnico contratado, responsável pela gestão administrativa da cooperativa e oito técnicos que atuam na área administrativa, representação comercial e secretaria. A participação dos funcionários na gestão do empreendimento tem sido importante para cumprir as formalidades documentais, junto aos parceiros comerciais, às empresas certificadoras, aos órgãos de regulação e fiscalização, e no encaminhamento das questões administrativas cotidianas. A cooperativa possui dois tipos de remuneração dos funcionários: o pagamento de salário, definido de acordo com a função, aos funcionários contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e o pró labore, que é a forma de pagamento para os funcionários que são sócios da cooperativa e fazem a opção por essa modalidade de remuneração. Nesse caso, eles mantêm todos os seus direitos de sócio, podendo votar e ser votado em todas as instâncias deliberativas do empreendimento.

Além da Assembléia Geral, a COOPERCUC realiza um encontro anual, onde participam representantes das comunidades e de todos os grupos produtivos, sócios e não sócios. Nessa atividade é apresentada a prestação de contas anual e planejamento das atividades de formação e assistência técnica, operações de vendas, avaliação dos produtos e realizações de parcerias comerciais, sociais e políticas. São realizadas, também, reuniões semanais de planejamento e prestação de contas entre as coordenações dos grupos produtivos, a direção e a gerência.



FIGURA 8: Encontro anual das Comunidades – jan/2010.
Foto: Arquivo pessoal



FIGURA 9: Encontro Anual das Comunidades – jan/2010 (trabalho de avaliação das ações dos grupos produtivos).
Foto: Arquivo pessoal

As pessoas envolvidas nas atividades da cooperativa, cooperados ou não, participam das atividades de formação/qualificação e assistência técnica, das reuniões de planejamento das ações, dos grupos de produção e do encontro anual das comunidades, onde são avaliadas as ações do ano anterior e planejado o ano seguinte. Já os cooperados, além dessas atividades, também participam da gestão do empreendimento e de suas instâncias de deliberação.

Além da fábrica existente no município de Uauá, onde fica a sede, a infraestrutura da COOPERCUC envolve minifábricas, em 14, dos 16 grupos produtivos.



FIGURA 10: Fábrica central da COOPERCUC na cidade de Uauá
Foto: Arquivo IRPAA



FIGURA 11: Minifábrica da comunidade de Caititus
 Fonte: Arquivo pessoal



- Sede do municípios.
- Comunidades com mini fábricas.

FIGURA 12: Mapas dos municípios de Curaçá, Uauá e Canudos e das comunidades
 Fonte: COOPERCUC

A base produtiva da cooperativa está estruturada nos grupos de produção das comunidades, responsáveis pela coleta das frutas na caatinga e pelo beneficiamento e embalagem dos produtos. A produção do umbu envolve o trabalho do grupo apenas três meses por ano, em seguida vem a produção do maracujá do mato e de outras frutas. Os membros dos grupos produtivos organizam-se em turmas que são responsáveis pela transformação das frutas em geléias, doces, sucos, compotas e polpas, pela embalagem, envasamento e rotulagem dos produtos. Nas minifábricas os produtos já saem prontos para serem comercializados. Durante as atividades de produção é realizado o controle de qualidade, pelo próprio grupo, que obedece às regras da legislação sanitária.

Tabela 2: Grupos Produtivos da COOPERCUC

| COMUNIDADES | Nº DE PESSOAS ENVOLVIDAS NA PRODUÇÃO |
|-----------------------------|---|
| Caititus – Uauá | 20 |
| Lajes das Aroeiras - Uauá | 07 |
| Serra Grande – Curaçá | 20 |
| Serra da Besta – Uauá | 15 |
| Brandão – Curaçá | 12 |
| Caladinho – Curaçá | 12 |
| Marruá – Uauá | 13 |
| Cachaqui – Curaçá | 09 |
| Desterro – Uauá | 06 |
| Sítio do Tomaz - Canudos | 05 |
| Patamuté – Curaça | 05 |
| Raso – Cuaraçã | 09 |
| Maria Preta – Uauá | 05 |
| Testa Branca – Uauá | 09 |
| Caldeirão do Almeida – Uauá | 07 |
| Cocoboco – Uauá | 11 |

O trabalho na cooperativa é realizado, com maior intensidade, no período de safra das frutas nativas e é apenas uma das atividades desenvolvidas pelas famílias de agricultores familiares dos municípios de Curaçã, Uauá e Canudos. No período da safra, que dura em média três meses, cada pessoa trabalha um dia por semana no processo de beneficiamento dos produtos, o que não impede a realização de suas atividades cotidianas nas propriedades familiares. Portanto, a renda retirada na cooperativa serve de complementação aos rendimentos adquiridos com as outras

atividades. Como é o caso de Dona Joana¹⁵, coordenadora do grupo produtivo da comunidade de Caititus/Uauá, que além do trabalho na minifábrica, desenvolve suas atividades na propriedade da família e trabalha na produção de manué, uma espécie de bolo de milho, que é vendido no povoado próximo e na sede do município.

As pessoas das comunidades participam de todas as atividades de formação realizadas no local ou na sede da cooperativa. Uma vez ao ano a cooperativa realiza o “encontrão” das comunidades que possuem grupos produtivos, onde é realizado a avaliação das atividades do ano anterior e o planejamento do ano seguinte. Neste encontro, todas as famílias participantes dos grupos produtivos da COOPERCUC podem participar com direito à voz e voto.



FIGURA
13:

Beneficiamento do Umbu em fábrica da COOPERCUC
Foto: Arquivo IRPAA

¹⁵ Dona Joana participa do grupo desde o início das atividades, ainda quando era o “Grupo Unidos do Sertão”. É membro fundadora da COOPERCUC.

As frutas são compradas diretamente das pessoas das comunidades, que fazem a coleta na caatinga, sem variação no valor, ou seja, na compra das frutas “*in natura*” a cooperativa estabelece o mesmo preço para sócios e não sócios. O preço de um saco de frutos do umbu varia entre R\$ 15,00, no início da safra, período de maior oferta do produto, e de R\$ 20,00 a R\$ 23,00, no final do período produtivo. Para estimular o consumo das comunidades, a cooperativa oferece desconto na aquisição dos produtos beneficiados pelos membros dos grupos. Os agricultores chegam a retirar em média de R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00, por mais ou menos 40 dias de trabalho por ano, pagos pela cooperativa no mês de julho e de outubro. Nesse pagamento, a cooperativa desconta 15% da remuneração dos trabalhadores não sócios, que é investido na infraestrutura da unidade produtiva das comunidades. A renda obtida do trabalho na cooperativa é investida em construção e reformas das moradias, na compra de eletrodomésticos, em tratamento médico, ou em outras atividades produtivas nas propriedades familiares.

A divisão dos resultados é realizada de forma igual para todos os trabalhadores envolvidos nas atividades da cooperativa, de acordo com o cumprimento da meta anual definida para cada grupo produtivo. As metas correspondem a produção total planejada anualmente pela cooperativa e dividida entre os grupos produtivos. Caso alguma comunidade não cumpra sua meta, a fábrica central, onde o trabalho é realizado por funcionários contratados, fica responsável pela complementação das metas.

Atualmente a COOPERCUC produz dezoito tipos de produtos, entre geléias, compotas, doces, sucos, polpas e picles. Alguns grupos chegam a entregar 700 toneladas/ano de produtos para serem comercializados. A venda dos produtos é feita para a CONAB (65%) para o mercado justo europeu (25%) e o restante para outros mercados. A cooperativa tem ampliado a venda para lojas em grandes cidades brasileiras, a exemplo de Salvador, onde atualmente possui 26 compradores, entre eles duas redes de supermercado.

Tabela 3: Produção COOPERCUC - 2009

| Produtos | Produção anual | Preço Unitário (R\$) | Preço Total (R\$) |
|---|----------------|----------------------|-----------------------|
| Sucos de umbu orgânico | 11.999 | 2,10 | 25.197,90 |
| Compota de umbu orgânico | 16.666 | 5,00 | 83.330,00 |
| Doce de umbu orgânico 1,5kg | 6.200 | 9,50 | 58.900,00 |
| Geléia de umbu orgânico 1,5kg | 7.200 | 9,00 | 64.800,00 |
| Geléia de maracujá orgânico 1,5kg | 7.200 | 9,00 | 64.800,00 |
| Suco de maracujá orgânico 540ml | 3.000 | 2,10 | 6.300,00 |
| Doce cremoso de umbu orgânico 290g | 13.000 | 4,00 | 52.000,00 |
| Doce de corte de umbu orgânico 300g | 10.000 | 3,50 | 35.000,00 |
| Doce cremoso de maracujá com Banana orgânico 290g | 15.000 | 4,00 | 60.000,00 |
| Doce de umbu light 290g | 2.000 | 4,00 | 8.000,00 |
| Compota de manga 600ml | 7.000 | 5,00 | 35.000,00 |
| Doce cremoso de goiaba 1,5kg | 4.000 | 8,50 | 34.000,00 |
| Polpa de umbu orgânico 4kg | 3.210 | 16,00 | 51.360,00 |
| Polpa de manga 4 kg | 1.500 | 14,40 | 21.600,00 |
| Polpa de goiaba 4kg | 1.500 | 14,40 | 21.600,00 |
| FATURAMENTO TOTAL | | | R\$ 621.887,90 |

Fonte: COOPERCUC

Além da Rede Sabor Natural do Sertão, a cooperativa se articula no movimento *Slow Food*, que se contrapõe ao *Fast Food* e a padronização dos alimentos, tendo como conceito orientador a ecogastronomia que defende um modelo de agricultura

mais sustentável, baseado no conhecimento das comunidades locais. Uma das comunidades do alimento do movimento *Slow Food* tem como fortaleza o umbu, reconhecido como um produto de excelência gastronômica. Como membro do *Slow Food*, a cooperativa promove a exposição e divulgação dos seus produtos e sua experiência no *Terra Madre*, encontro das comunidades do *Slow Food*, realizado a nível mundial. Nesse espaço, além da comercialização dos produtos, são promovidas oficinas temáticas, trocas de experiências, articulações de parcerias e acesso a parceiros comerciais.

A cooperativa também participa do espaço de articulação de redes e empreendimentos da agricultura familiar a exemplo da sala “Caatinga, Cerrado – comunidades ecoprodutivas”, que possibilita o intercâmbio de experiências com outros grupos, articulação de parcerias e a promoção de eventos de comercialização dos produtos da sociodiversidade dos biomas caatinga e cerrado.

O processo de produção e comercialização da COOPERCUC envolve atualmente 17 fornecedores, produtores de açúcar, fabricantes de vidros, produtores de material de identificação da marca (rótulos, folders, cartazes, etc). Os produtos derivados do umbu, produzidos pela COOPERCUC, possuem a certificação FLO CERT, que confere aos produtos a qualidade, a origem e a identidade do comércio justo, e a certificação orgânica, concedida pela certificadora ECO CERT Brasil,¹⁶ fortalecendo o processo de comercialização do produto para o mercado nacional e internacional. A certificação orgânica exige o cumprimento, por parte do grupo certificado, do referencial, que estabelece regras no que diz respeito à obtenção da matéria prima, respeito às condições de higiene, solidariedade econômica, gestão, segurança no trabalho, comunicação transparente aos consumidores e responsabilidade sócioambiental (REFERENCIAL ECOCERT BRASIL PARA CERTIFICAÇÃO SÓCIOAMBIENTAL, 2009). Os produtos da COOPERCUC adquirem a identidade de orgânicos por ser observada a preservação das suas áreas de produção. Neste

¹⁶ A certificação ECO CERT garante que o produto foi obtido com responsabilidade ambiental. A certificação orgânica ECO CERT orienta-se pelas definições da Lei nº 10.831/03 que regula a produção, processamento, rotulagem e comercialização dos produtos orgânicos no Brasil. (REFERENCIAL ECOCERT BRASIL PARA CERTIFICAÇÃO SÓCIOAMBIENTAL, 2009)

caso, as áreas de Fundo de Pasto e as propriedades onde é realizada a coleta do umbu. Esse processo demanda um permanente processo de mobilização e formação/educação das comunidades em torno do cuidado com a preservação da caatinga.

A cooperativa, além da organização da cadeia da fruticultura nos municípios de Curaçá, Uauá e Canudos, desenvolve atividades de formação e capacitação técnica nas comunidades, atua em fóruns e redes e nos espaços de articulação das políticas públicas voltadas para o apoio à economia solidária e agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, convivência com o semiárido e educação no campo. Nos municípios onde atua, assume um papel importante na articulação e mobilização da população sertaneja, das organizações sociais e dos órgãos públicos, principalmente nas questões relacionadas à preservação ambiental da caatinga e suas potencialidades econômicas e da agricultura familiar.

Para adequar seus produtos aos critérios do Ministério da Agricultura e das agências certificadoras de comércio justo, as atividades de formação técnica desenvolvidas no âmbito da COOPERCUC são voltadas para fortalecer as ações de produção, beneficiamento e comercialização, buscando, assim, a melhoria da qualidade dos produtos e o aprimoramento dos processos produtivos, a exemplo dos cursos sobre manejo sustentável da caatinga, boas práticas de produção e condições de higiene. São realizadas também atividades voltadas para a preservação das áreas de produção e cuidados com a biodiversidade. Todo o processo é realizado de forma participativa e envolve todas as comunidades na área de produção da cooperativa. Entre as atividades, estão viagens de intercâmbios, acompanhamento dos trabalhos nos grupos produtivos, cursos técnicos sobre boas práticas produtivas, rotulagem, embalagem e envasamento e atividades de formação sobre o semiárido, políticas públicas, meio ambiente, gênero e raça, segurança alimentar e nutricional.

Durante 15 anos, a COOPERCUC contou com o apoio institucional e financeiro do IRPAA, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento de atividades educativas, bem como, pela execução do trabalho de captação de recursos junto a

entidades da cooperação internacional para o financiamento da infraestrutura e das atividades de formação e capacitação da cooperativa. Em 2007, a entidade apoiadora e a COOPERCUC passaram a assumir uma relação de parceria diante da compreensão de que os membros do empreendimento já possuíam a formação e maturidade necessárias para assumir a sua gestão, o que marcou a finalizaçãodo processo de incubação. Essa mudança de relação ocorreu de forma dialogada e mediante o estabelecimento de período de transição, onde a entidade intensificou o apoio disponibilizado para o fortalecimento das ações do empreendimento. Durante os três anos correspondentes ao período de transição, o IRPAA disponibilizou sete técnicos, funcionários da entidade, com diferentes formações e carga horária disponível exclusivamente para as ações da COOPERCUC, reforçando a assistência técnica para a produção e comercialização e o acompanhamento do processo de formalização do grupo.

O trabalho realizado nesse período voltou-se para a capacitação dos membros da cooperativa em técnica de vendas, planejamento estratégico, certificação e registro de produtos, questões de articulação, organização da produção e comercialização, e para o fortalecimento da gestão administrativo/financeira da cooperativa. O IRPAA, também, financiou a construção e os equipamentos da primeira fábrica, que é hoje a sede principal da COOPERCUC e comprou um caminhão para fazer o transporte das frutas da comunidade até a fábrica, garantido assim, a infraestrutura de produção e logística necessária para o funcionamento do empreendimento. Os agricultores ressaltam que o apoio do IRPAA foi fundamental para viabilizar a experiência da cooperativa, tanto através do trabalho de formação e acompanhamento, quanto no processo de captação de recurso, principalmente junto aos organismos de cooperação internacional.

Desde o início, a COOPERCUC tem recebido apoio da cooperação internacional, no que se refere ao financiamento das atividades de formação, assistência técnica, qualificação técnica dos agricultores, intercâmbio de experiências, abertura de mercados e articulações de parcerias. Toda a infraestrutura produtiva da cooperativa foi montada com apoio externo. Entre as entidades internacionais que apoiaram a

COOPERCUC, direta ou indiretamente por via do IRPAA, estão: a Agência de Cooperação Alemã - GTZ; Alter Eco – Commerce Équitable; Organização dos Homens Católicos de Lins – KMB; Horizonte 3000, entidade austríaca e a Fundação Slow Food. A cooperativa, também, contou com financiamento da Fundação Banco do Brasil; Programa 1 Milhão de Cisternas; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, além de parceria com o SEBRAE, SENAI, Movimento Água para Todos e Todos pela Água, entre outras.

A cooperativa é a primeira organização do semiárido a ter a certificação orgânica de sua área de extração de frutas. O modelo de certificação extrativista existente era baseado na realidade da Amazônia, totalmente diferente da realidade desta região. A ausência do umbu na relação dos produtos que podem ser certificados para o comércio justo, por ser esse um produto específico do semiárido brasileiro, fez com que os produtos da COOPERCUC fossem certificados como açúcar com umbu. O produto para ser certificado precisa atender a todos os critérios definidos pelo comércio justo e constar na relação das entidades certificadoras. Mesmo sendo desconhecido no mercado internacional, o umbu trazia o simbolismo de um produto ecológico, ambientalmente sustentável, além de possuir forte identidade cultural. Nesse caso, a saída foi associá-lo a um produto que já constava na lista das certificadoras, que é o caso do açúcar, presente na composição da geléia de umbu.

A Cooperativa e o seu trabalho voltado para preservação e valorização da caatinga pela população local, principalmente no que se refere à preservação dos umbuzeiros, possibilitou a realização da 1ª Festa Regional do Umbu no município de Uauá, em março de 2009. Durante o evento foram realizadas oficinas, exposição e atividades de degustação de produtos feitos do umbu, aberta a visitação da comunidade, de estudantes de outros municípios e pesquisadores. Atualmente está tramitando na câmara de vereadores, do município de Uauá, uma proposta da institucionalização do Dia do Umbu. Essas práticas fazem os membros da cooperativa descrever essa experiência como um processo permanente de construção de conhecimento e de novos paradigmas. A certificação orgânica envolveu as comunidades em um intenso processo de formação voltada à

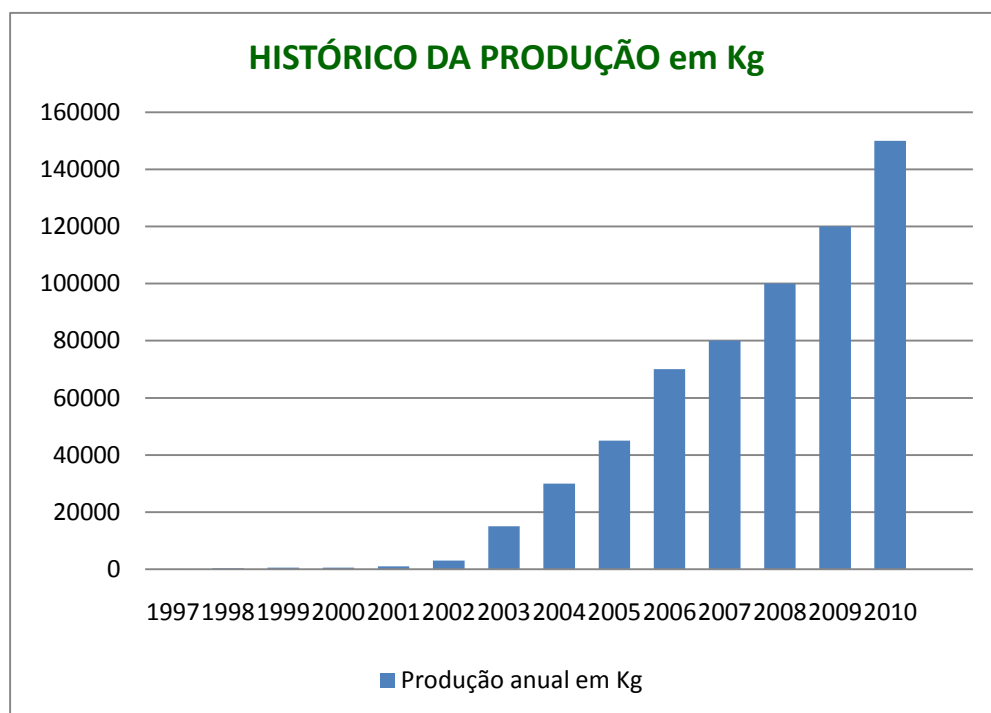
preservação do umbuzeiro e da biodiversidade do território e para o desenvolvimento de técnicas de manejo sustentável da caatinga.

A COOPERCUC é um processo. Antes eram comunidades sem perspectiva, um local onde não era possível se viver, as pessoas estudavam um pouco para ir para São Paulo, a escola já ajudava nessa direção. O trabalho com a convivência com o semiárido nos fez ver que era possível armazenar água, cuidar dos animais, cuidar da caatinga e aproveitar o potencial que ela oferece sem modificar nada. (José Edimilson Santos – Diretor da COOPERCUC)

A experiência da COOPERCUC é referência na questão do trabalho organizativo e na geração de renda da agricultura familiar no semiárido. Atualmente, recebe em média, a visita de 200 grupos/organizações por ano e é convidada para apresentar sua experiência em seminários, exposições e feiras nacionais e internacionais, como: *Biofach* (Alemanha), *Terra Madre* (Itália), Terra Madre Brasil, Feiras Nacionais da Agricultura Familiar, Seminários e Feira Internacional da Agroecologia, Feira do Semiárido, entre outros eventos. Desta forma, promove um intenso processo de divulgação e disseminação de sua experiência.

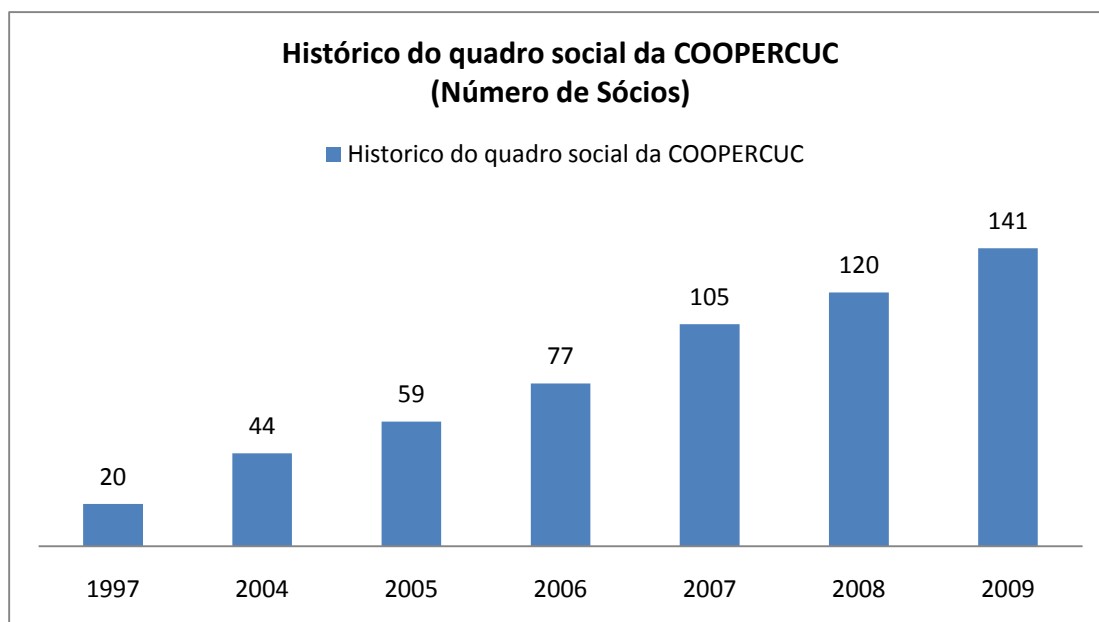
O trabalho da COOPERCUC tem se tornado referência para as comunidades dos municípios de Canudos, Curaçá e Uauá, principalmente no que diz respeito à organização da produção. A partir da experiência no processo de beneficiamento de frutas, a cooperativa já começa a desenvolver iniciativas de beneficiamento de outros produtos, a exemplo do beneficiamento da produção de leite. A COOPERCUC vem aumentando em número de sócios e na diversificação das atividades produtivas, o que faz com que a cooperativa cresça, tanto no aspecto econômico, quanto na capacidade produtiva, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Quadro 1: Histórico de Produção da COOPERCUC



Fonte: Rede Sabor Natural do Sertão

Quadro 2: Evolução no quadro de sócios da COOPERCUC



Fonte: Rede Sabor Natural do Sertão

Esse crescimento é visto por alguns membros como um desafio no que diz respeito à preservação dos valores e princípios que fundamentam a ação da COOPERCUC. Entretanto, o aumento na escala de produção ainda não representa a garantia da sustentabilidade econômica da cooperativa, principalmente, nas questões relativas ao estabelecimento de relações comerciais contínuas e permanentes. Atualmente, a comercialização dos produtos da COOPERCUC está concentrada em dois parceiros comerciais: a Companhia Nacional de Desenvolvimento - CONAB, através do Programa PAA, e os mercados do comércio justo europeu, sendo a primeira uma política de governo, que, apesar das avaliações positivas e o reconhecimento de sua importância para o fortalecimento dos EES, ainda não está institucionalizada enquanto política pública. Já a venda para o comércio justo, está sujeita à variação do mercado internacional, principalmente nos aspectos de preço e da demanda de produção. Neste caso, o fortalecimento das relações comerciais nos mercados locais, territorial e nacional coloca-se como um desafio.

Percebe-se que, à medida que a COOPERCUC amplia suas ações, surgem novos desafios no contexto dessa experiência. Um exemplo é a articulação da sua cadeia produtiva a níveis territorial e estadual. Apesar de possuir uma ampla rede de articulação, principalmente no campo do comércio justo e da economia solidária, a COOPERCUC ainda não consegue estabelecer relações comerciais regulares com empresas distribuidoras que atuam nos mercados dos médios e grandes centros urbanos, bem como, com outros Empreendimentos Econômicos Solidários no sentido de articular uma rede de fornecedores no campo da economia solidária. Nesse caso, as barreiras aumentam pela necessidade de atender às exigências colocadas no processo da certificação, principalmente na aquisição da matéria prima dos produtos derivados do umbu, como é o caso do açúcar, que também precisa ser certificado. A cooperativa já chegou a comprar açúcar importado de países vizinhos, mesmo sendo possível encontrar açúcar orgânico sem certificação, em locais mais próximos.

Portanto, apesar de cada vez mais ganhar visibilidade e credibilidade no contexto nacional e internacional e ampliar o acesso dos seus produtos ao mercado local e nacional, muitos desafios precisam ser superados para que a COOPERCUC conquiste a sua sustentabilidade. Entretanto, mesmo que a cooperativa ainda não possa ser sustentável economicamente – o que depende de uma diversidade de fatores - resultados positivos são apontados pelos seus membros, como o aumento da qualidade de vida, a valorização da cultura local, os aspectos organizativos, que fortalecem o empoderamento das pessoas, bem como, a concepção da *convivência com o semiárido* incorporada às práticas produtivas e às atividades cotidianas das famílias das comunidades.

Assim, os trabalhadores afirmam que a COOPERCUC contribuiu de fato para a melhoria na qualidade de vida e para o desenvolvimento local. Para exemplificar, citam o aumento da renda das famílias, que segundo cálculos da cooperativa é em torno de 30%, melhora do aproveitamento hídrico, através da construção de cisternas familiares em quase 80% das casas das comunidades rurais da região, melhoramento da produção de caprinos e ovinos e da produção agrícola. Outra questão apontada é o aumento do volume de demandas para a COOPERCUC, relacionada à organização da produção em diferentes cadeias produtivas.

“Além de organizar a cadeia produtiva da fruticultura local, ainda recebemos demandas para atuar na organização da produção em outras áreas, a exemplo da caprinocultura. Muitas vezes, a COOPERCUC recebe demandas que deveriam ser encaminhadas à prefeitura.” (Jucemar Cordeiro dos Santos – Presidente da COOPERCUC)

Outra questão que aparece na fala dos agricultores é a diminuição da migração dos trabalhadores para os grandes centros urbanos, o aumento do nível de escolaridade dos agricultores e do envolvimento dos jovens com a cooperativa e com as questões do território. Percebe-se claramente o envolvimento de diferentes gerações de uma mesma família na prática da cooperativa. O trabalho iniciado pelas mulheres conta hoje com ampla participação dos jovens, que muitas vezes assumem posição de liderança na cooperativa e na comunidade, a exemplo do Presidente da Cooperativa

e da Gerente Comercial. As mulheres mais velhas são importantes lideranças nas comunidades e na coordenação das atividades produtivas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos possibilitou um relevante aprendizado sobre as questões relacionadas às articulações de Empreendimentos Econômicos Solidários em redes de cooperação, a partir da experiência de comércio justo empreendida pela COOPERCUC no âmbito da Rede Sabor Natural do Sertão. Em primeiro lugar, buscamos compreender as práticas da economia solidária como uma forma alternativa de geração de renda. Os trabalhadores da economia solidária articulam-se em torno de uma multiplicidade de organizações associativas e cooperativas, baseadas em princípios de solidariedade e cooperação. Os sujeitos da economia solidária são mobilizados tanto pelo enfrentamento à situação de desemprego, quanto, pelo estímulo de movimentos e organizações sociais e de políticas públicas de geração de renda no processo de enfrentamento da pobreza e na construção do desenvolvimento local.

O objetivo principal dessa dissertação era compreender e identificar as conexões e os fluxos existentes nas articulações em redes de economia solidária e de comércio justo presentes nas práticas da COOPERCUC e em sua articulação na Rede Sabor Natural do Sertão, considerando os elementos potencializadores do desenvolvimento local. Como já foi apresentado no Capítulo I, as práticas de economia solidária tem se constituído como alternativas de geração de renda, orientadas pelos valores da solidariedade e da autogestão, que desenvolvem relações de trabalho mais justas e fraternas. Nos espaços dessas práticas, a dimensão econômica e a dimensão política articulam-se e possibilitam a gestão coletiva e a distribuição igualitária dos bens produzidos. Na análise da experiência da COOPERCUC as características atribuídas aos Empreendimentos Econômicos Solidários evidenciam-se em diversos aspectos, tais como na atividade econômica que alia a busca da sobrevivência com as práticas de convivência com o semiárido e o aproveitamento das potencialidades dos recursos econômicos, culturais e sócioambientais da região onde está inserida.

Os aspectos participativos e a gestão coletiva do empreendimento estão bem marcados na forma de organização da COOPERCUC, onde percebemos um conjunto de atividades, regras de gestão e mecanismos de participação dos grupos, entre elas, o encontro anual das comunidades e as reuniões semanais de prestação de conta e planejamento, que possibilitam a participação e o empoderamento das pessoas envolvidas na atividade econômica da cooperativa.

Como relata Dona Joana:

“A participação na cooperativa ajuda a melhorar as coisas, é um incentivo que ajuda na convivência com a família, com o meio ambiente, na qualidade da nossa produção, ajuda no dia a dia. A gente nunca pensou que isso ia acontecer. Quando o nosso produto é valorizado, a gente se sente bem.”
(Dona Joana Souza – Coordenadora do Grupo de Caititus)

A participação de todos os membros dos grupos envolvidos no processo produtivo (sócios e não sócios) ocorre tanto nos dois momentos que envolvem todos os grupos (Encontro Anual das comunidades e Assembleia Geral da cooperativa), quanto nas atividades de planejamento semanal realizadas com a participação das coordenações dos 16 grupos produtivos.

A autogestão está presente, também, no processo de escolha dos membros da direção do empreendimento (eleitos em assembleia geral) e das coordenações dos grupos de produção (escolhidas pelos membros do próprio grupo). Outro elemento da autogestão é a divisão dos resultados, que se dá de forma igual para todos os membros do grupo. É importante mencionar que a cooperativa remunera algumas funções próprias da gestão administrativo/financeira, a exemplo do cargo de Presidente e Tesoureiro. A remuneração dos funcionários se dá de duas formas: a) assalariamento, mediante contrato pela CLT e de acordo com a função desempenhada. A maioria das pessoas que ocupam essas funções também é formada por cooperados e, neste caso, perdem o direito de votar nas assembleias e de ser votado, mas permanece com direito a voz, podendo contribuir nos processos de discussão e tomada de decisões; b) *pro labore*, com salário pré definido e correspondente a função a ser exercida. Essa modalidade de remuneração, geralmente, é destinada aos sócios que são liberados das atividades de produção

para exercer uma função de representação ou na gestão do empreendimento, a exemplo do cargo de Presidente e do Coordenador de Educação. Nesse caso, o cooperado mantém todos seus direitos podendo votar e ser votado.

O elemento mobilizador da COOPERCUC é o envolvimento das comunidades rurais em torno da problemática do semiárido na busca por melhores condições de vida sem ter que buscar trabalho nas grandes cidades. Diante da compreensão de que é possível produzir e viver com dignidade nessa região, a ação da cooperativa se dá através de uma multiplicidade de intervenções capazes de impactar na construção de conhecimentos, mudanças de valores, aprendizados de novas técnicas de produção e novos fazeres, desenvolvimento e aproveitamento de novas tecnologias. A COOPERCUC traz na sua prática cotidiana a concepção da “*Convivência com o Semiárido*”.

Um dos aspectos que perpassa a história da COOPERCUC refere-se às práticas educativas voltadas para a formação das comunidades sobre segurança alimentar e nutricional, associativismo, cuidado e aproveitamento das espécies locais a exemplo do umbu e da mandioca, cooperativismo, gestão de empreendimentos, participação nos espaços de construção de políticas públicas, comercialização, atividades gastronômicas devidamente adaptadas às características alimentares locais e regionais, bem como a difusão de tecnologias apropriadas ao semiárido, tais como as técnicas de armazenamento de água.

Nesse processo de formação, a cooperativa tem construído parcerias com organizações sociais, órgãos de pesquisas, associações rurais locais e regionais, entre essas, a parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que tem contribuído com a realização de pesquisas sobre o melhoramento da qualidade do umbu e de outras espécies nativa do sertão, a exemplo da produção de picles com o xilopódio de plantas jovens do umbuzeiro. Para garantir a produção de picles, sem colocar em risco a sobrevivência do umbuzeiro, já que a retirada da sua batata (xilopódio) pode levá-la à morte, a COOPERCUC investiu no cultivo de mudas. Para promover a preservação do umbuzeiro e o melhoramento das espécies, a cooperativa distribui mudas da planta.



FIGURA 14: Mudas e Picles de xilopódio do umbuzeiro jovem
Foto: Arquivo da COOPERCUC

Um aspecto importante presente nas práticas educativas da COOPERCUC é a ação no sentido de sistematização e difusão da sua experiência vinculada à concepção de desenvolvimento local sustentável e a ação da convivência no semiárido. Existem documentos sistematizados sobre a experiência, vídeos, folders e cartilhas. Essa experiência constitui-se atualmente como referência no beneficiamento de frutas nativas, reconhecida e referendada internacionalmente, como retrata o reconhecimento do UMBU como Fortaleza do movimento Slow Food.

A inserção da COOPERCUC nos mercados ocorre de diferentes formas, tanto na comercialização de seus produtos em pequenos mercadinhos locais; na venda direta ao consumidor em feiras e exposições de produtos da agricultura familiar e economia solidária; a entrega para lojas e redes de supermercados; a exportação através das redes de comércio justo, bem com a entrega de parte da produção para a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que entrega os produtos para a merenda escolar de 13 municípios da região. É importante ressaltar que o processo de comercialização no âmbito nacional e internacional tem sido viabilizado pelo apoio recebido da cooperação internacional, através do financiamento de projetos que fortalecem o processo produtivo da cooperativa, o aumento da qualidade e da adequação dos produtos as características dos mercados. O apoio externo tem sido fundamental para a consolidação da cooperativa, entretanto, percebemos que o apoio das

políticas públicas esteve distante dessa experiência, com exceção do apoio a pequenas ações de formação e participação em feiras.

Sendo a comercialização um dos principais desafios enfrentados pela maioria dos empreendimentos econômicos solidários, que encontram entraves no processo de acesso aos mercados consumidores, na manutenção da regularidade e qualidade da produção e dos custos despendidos para a adequação dos produtos às características do mercados, na experiência estudada, percebemos que a articulação em redes de economia solidária tem contribuído para seu fortalecimento, principalmente potencializando o acesso a mercados. A articulação das 16 comunidades aumentou a capacidade produtiva e o potencial de comercialização da cooperativa, fortaleceu a experiência, potencializou suas ações e possibilitou o resgate dos valores e a reapropriação do espaço local. A rede interna, aliada às articulações externas potencializou a capacidade de captação de recursos junto a cooperação internacional, o que foi fundamental para viabilizar as ações da COOPERCUC, principalmente na implantação de sua infraestrutura produtiva.

A estratégia de desenvolvimento está posta nesta experiência na contraposição ao padrão de produção capitalista. A ideia de sustentabilidade social, ambiental, política e econômica perpassa todas as ações desenvolvidas no âmbito da vivência da COOPERCUC. No âmbito local, os grupos produtivos, localizados nas comunidades rurais, organizam-se no processo de fortalecimento do poder local, transformação cultural das comunidades e afirmação da ética solidária num permanente construto dos aspectos social, ambiental, político e cultural. Isso pode ser exemplificado pela intensa participação da cooperativa no processo de construção das cisternas familiares e das cisternas de produção; na participação das ações voltadas para o fortalecimento e organização produtiva e da gestão dos fundos de pasto; a mobilização e formação da comunidade na defesa da preservação da caatinga e a atuação junto ao poder público municipal, contribuindo no processo de discussão e proposição de políticas públicas e na formação do currículo escolar adequado à realidade deste território, a exemplo da inclusão da temática da cultura regional e da economia solidária nas escolas do municípios de Uauá. Nesse caso, os membros da

cooperativa têm participado de atividades de planejamento dos professores, contribuindo com sugestões de conteúdos e metodologia no tratamento da temática.

Entretanto, apesar de apresentar elemento de sustentabilidade social, ambiental e política, a cooperativa ainda apresenta fragilidades que dificultam a sua sustentabilidade econômica. A inserção de seus produtos no mercado, principalmente no que diz respeito ao volume e a regularidade das parcerias comerciais no mercado brasileiro, ainda é um desafio a ser vencido. Além da dificuldade em aumentar o acesso aos consumidores nas grandes cidades. Outro desafio é a questão da logística de distribuição e escoamento da produção, uma vez que tanto as estradas que ligam as comunidades à sede dos municípios, quanto as estradas de acesso a Uauá, sede da cooperativa, apresentam condições precárias e não são asfaltadas, além da não existência, na região, de empresas transportadoras de produtos com as características da produção da COOPERCUC. Essas questões contribuem para o aumento dos custos de logística e fragilizam o processo de comercialização. A autossustentabilidade é mais um desafio presente no contexto da COOPERCUC, já que a cooperativa ainda é dependente de parcerias externas para viabilização de suas atividades.

Conclui-se, assim, que a atuação em rede tem sido uma estratégia construída pela COOPERCUC, tanto na sua forma de organização interna, quanto nas articulações externas. Portanto, a atuação da cooperativa na Rede Sabor Natural do Sertão tem contribuído para o seu fortalecimento, bem como, para auxiliá-la na formação de outros Empreendimentos Econômicos Solidários localizados no semiárido baiano. Essa forma de articulação tem evidenciado aspectos de intervenção da realidade social no contexto do semiárido que possibilitam a construção de processos participativos e autônomos dos sujeitos sociais. Assim tem se dado o processo de mobilização e formação das comunidades, realizado pela cooperativa e parceiros, no sentido de construir e experimentar novas práticas produtivas voltadas para aproveitamento das potencialidades locais e preservação do bioma caatinga, o combate as queimadas, a organização dos agricultores em fóruns e redes, no sentido de constituir espaços de construção de políticas públicas, criação e

experimentação de procedimento e tecnologias apropriadas à realidade do semiárido, a exemplo das tecnologias de armazenamento hídrico e o uso de insumos e práticas orgânicas. Percebe-se que esse processo vem acompanhado de formação continuada, tanto dos agricultores envolvidos, quanto das entidades parceiras e das comunidades.

Conclui-se, também, que a prática da COOPERCUC, enquanto forma de intervenção adaptada ao contexto da região semi árida, contribui para a formação de outros empreendimentos e de entidades que atuam na organização e formação das comunidades rurais, através de práticas educativas que fortalecem o pensamento crítico e emancipatório dos agricultores familiares. A articulação em rede solidária tem fortalecido o processo de comercialização da cooperativa, aumentando a qualidade de vida das pessoas envolvidas nessa experiência e a solidariedade entre os grupos.

Assim, a experiência da COOPERCUC é hoje referencia no trabalho da Rede Sabor Natural do Sertão. Percebe-se que a Rede tem contribuído no processo de mobilização e formação dos empreendimentos e organizações em diversos territórios dos Estados da Bahia, Piauí e Pernambuco. Observamos que a Rede tem buscado fortalecer os grupos, através de atividades de formação e qualificação técnica, por meio das atividades, realizadas através do financiamento do Plano Nacional de Qualificação – PLANSEQ, promovendo seminários e cursos de boas práticas, rotulagem, embalagem, envasamento, processos de comercialização, Estratégias de Vendas, Meio Ambiente, Certificação e Registro de Produtos, Organização, Auto gestão e elaboração de Plano de Negócio. Além da formação, a Rede tem contribuído para mobilização das entidades parceiras e gestores públicos que atuam nos territórios, buscando o fortalecimento das articulações de redes locais.

Conclui-se, finalmente, que a Rede Sabor Natural do Sertão tem representado um importante canal de articulação e formação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, mas muitos desafios ainda estão presentes nesse contexto, tais como a

dificuldade de financiamento das ações da Rede, o que coloca barreiras para a permanência e o nível de impacto das suas ações na realidade cotidiana dos EES. Outro desafio é o volume da demanda vinda dos grupos membro da Rede, que em sua maioria não possuem infraestrutura para a produção, assistência técnica regular e enfrentam sérios problemas na logística de distribuição e comercialização dos seus produtos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. *Socioeconomia solidária*. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a. p. 232-242.

_____. *Trabalho emancipado*. In: CATTANI, A.D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b. p. 260-268.

_____. *“A Nova Economia: Transformações no Mundo do Trabalho e seu Futuro*, PACS, Rio de Janeiro, 2001

ASTI, A.L. *Comércio Justo e o caso do algodão: a cadeia produtiva têxtil brasileira*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007. (Dissertação de mestrado).

BEZERRA, A. *Educação Popular e Economia dos Setores Populares: preocupações e Indagações*. Salvador: UCSal/CAPINA, 2006.

CAPRA, F. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Editora Cultrix/Amana-Key, 2001.

CARVALHO, J. M.. *A Cidadania no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira. 2001.

CASTELLS, M. *A sociedade em Redes*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

CASTEL, R. (). *A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à exclusão*”. In: Cadernos CRH, v.10, 26/27: 19-40. 1997

CORAGGIO, J.L. *Economía urbana: la perspectiva popular*. Quito: Instituto Fronesis. 1994.

ECOCERT BRASIL. *Referencial ECOCERT BRASIL para certificação socioambiental*. v.01, maio, 2009. Disponível em: http://www.ecocert.com.br/fmanager/eco/anexos/textos/referencial_certifica_o_socioambiental_v.02_.pdf Acesso em 06 jan. 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *A experiência de gestão e organização do Movimento de Economia Solidária no Brasil*. Brasília: FBES, Secretaria Executiva. 2006.

_____. *A trajetória do Movimento da Economia Solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES)*”. Disponível em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&qid=109&Itemid=216 Acesso em 14 jul. 2009

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: EdUFRGS. 2004.

_____. *Teoria e prática de economia solidária: problemática, desafios e vocação*. Civita, Porto Alegre. V.7, n.1, p.155-174, jan/jun., 2007.

_____; SANTANA JUNIOR, G. *Economia Solidária e Desenvolvimento Local: uma Contribuição para Redefinição da Noção de Sustentabilidade a partir da Análise de três casos na Bahia, Salvador/Ba*, 2004.

_____. *Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação*. In: LAVILLE, J.L.; FRANÇA FILHO, G.; MAGNEN, J.P.;MEDEIROS, A. (Org.); *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 259-267.

_____. *O comércio justo: de mercado paralelo à participação na economia de mercado*. Revista Produzir, SEPLAN, 2002.

_____. SILVA JUNIOR, J.T. Uma dinâmica associativa emblemática no Nordeste brasileiro – o caso do Banco Palmas. In: LAVILLE, J.L.; FRANÇA FILHO, G.; MAGNEN, J.P.;MEDEIROS, A. (Org.); *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 97-116.

_____. *A economia solidária no Brasil*. In: LAVILLE, J.L.; FRANÇA FILHO, G.; MAGNEN, J.P.;MEDEIROS, A. (Org.); *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.57-71.

_____; CUNHA, E.V. *Incubação de redes de economia solidária*. In: CATTANI,A.;HESPANA,p.; LAVILLE,J.L;GAIGER,L. (org). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Pt: Almedina SA, 2009,

FRANÇA, C.L. (Org.). *Comércio ético e solidário no Brasil*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert / ILDES, São Paulo, 2003.

GAIGER, L. I. (org.) *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: EdUniSinos. 1996.

_____. *A economia solidária e o espaço público: algumas observações sobre os agentes mediadores*. In: LAVILLE, J.L.; FRANÇA FILHO, G.; MAGNEN, J.P.;MEDEIROS, A. (Org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 223-235

_____. *Os empreendimentos econômicos solidários diante do modo de produção capitalista*. Revista Caderno CRH. Salvador, UFBA, 2003. n.39, p. 181-211.

_____. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. *A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 79, pp. 57-77, 2007.

_____; SCHÜTTZ, Gabriela. *O Mister de Reapreender os vínculos entre economia e a vida social*. In ZART, Laudemir (org) . *Educação e Sócio - Economia solidária: Interação Universidade - Movimentos Sociais*. Cárceres- MT: Editora Unemat, 2005. p.50-64.

GODOY, A . S. *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. In *Revista de Administração de Empresas*, v.35, n.2, Mar./Abr. 1995.

ICAZA, A.M.M. *Políticas públicas e economia solidária no Rio Grande do Sul*. In: LAVILLE, J.L.; FRANÇA FILHO, G.; MAGNEN, J.P.;MEDEIROS, A. (Org.); *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 171-180.

JOHNSON, P. W. (org) *Comércio Justo e Solidário*. São Paulo: Instituto Pólis, 2004.

KRAYCHETE, G. *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. In: _____. et al. (Orgs.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 15-37.

MANCE, E. A. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista a globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Redes de colaboração solidária*. In: CATTANI, Antônio David. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. *Redes de colaboração solidária: Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis, Rio de Janeiro. 2002.

MARX, K. *O Capital: O processo de produção do capital (livro primeiro)*. SP: Nova Cultural, 1996.

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Edições 70, Lisboa. 1989.

MTE, SENAES. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*.2007. Brasília: MTE, SENAES. 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>,. Acesso em: 22 set. 2009.

_____, *Guia de Orientações e Procedimentos do SIES: 2009/2010*. v.01. Brasília: MTE, SENAES. 2009. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_guia_2009_01.pdf . Acesso em: 12 jul. 2009.

_____. *Anais da I Conferência Nacional de Economia Solidária*. Brasília: MTE-MDA-MDS, 2006.

_____. *Documento Base da II Conferência Nacional de Economia Solidária – “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”* – Brasília, MTE, SENAES, 2010.

OLIVEIRA, B. A.; VERARDO, L. *Economia Solidária e desenvolvimento*. In: FBES (org). Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária: Caderno de aprofundamento aos debates, 2007, disponível em http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&qid=406&Itemid=18. Acessado em 10/01/2008.

OXFAM International. *Mudar as Regras: Comércio, Globalização e Luta Contra Pobreza*. Publicação Oxfam Internacional. 2002.

POCHMANN, M. *A Década dos Mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto.2001.

_____. *Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites*. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Brasília, IPEA, v.09, nº 24, ago. 2004, p. 23-34

PRAXEDES, S.F. *Política pública de economia solidária: novas práticas, novas metodologias*. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Brasília, IPEA, v.14, nº 39, maio. 2004, , p. 57-62, maio. 2004.

SALA CAATINGA CERRADO. *Caatinga Cerrado: Comunidades eco – produtivas: – Conceitos e princípios*. Cartilha Institucional, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.caatingacerrado.com.br/downloads/cartilha-caatingacerrado.pdf> Acesso em: 22 de fev. 2010.

SEI. BAHIA ANÁLISE & DADOS, v. 18, n. 2, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, p.185 -330, 2008.

SESOL/SETRE. *Relatório da II Conferência de Economia Solidária do Território Sertão do São Francisco*. Salvador, 2010.

SESOL/SETRE. *Relatório da II Conferência de Economia Solidária do Território Portal do Sertão*. Salvador, 2010.

SILVA, R.M.A. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

_____. Dilemas e perspectivas da construção local e territorial de desenvolvimento sustentável e solidário. In: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE GESTORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Caderno de Texto. Rio de Janeiro, 2009.

SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes. 1998.

_____. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto. 2003.

_____. *A Economia Solidária no Governo Federal*. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, Brasília, IPEA, v.09, nº 24, ago. 2004, p. 03-05

_____. *Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário*. Estudos Avançados, São Paulo, v.18, n. 51, p.7-22, 2004.

_____. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In: SANTOS, B.S. (Org). Produzir para viver; os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. P.81-127.

_____. *Introdução a economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *A experiência brasileira da SENAES*. In: LAVILLE, J.L.; FRANÇA FILHO, G.; MAGNEN, J.P.; MEDEIROS, A. (Org.); *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 201-206.

_____. *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. In: SINGER, P; SOUZA, A.R. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. *O Lado Oculto do Governo*. *Revista Teoria e Debate*. Fundação Perseu Abramo, nº 61, fev/mar, 2005. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3228> acesso em 23/10/2009

SLOW FOOD. *Manual Slow Food*. Brasil, Slow Food, 2008.

SROUR, R.H. *Poder, cultura e ética nas organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SISTEMA NACIONAL DE COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO. disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_organizacao.asp

TIRIBA, L. *Práxis produtiva e princípio educativo*. In:_____ *Economia Popular e a cultura do trabalho: Pedagogia (s) da produção associada*. Ijuí: Ed. Injuí, 2001

APÊNDICE

Apêndice 1 – Roteiro de Entrevista Semi-estruturada

ROTEIRO I – PARA MEMBRO DOS GRUPOS PRODUTIVOS E DIRIGENTES DA COOPERCUC

1. Como surgiu a experiência?
2. Quantas pessoas participam desse grupo produtivo? Quantos são homens? Quantas são mulheres? Qual a média de idade?
3. Quantas pessoas do grupo são sócias da cooperativa? Qual a vantagem de ser sócio?
4. Que atividades são desenvolvidas pelo grupo (ou cooperativa)?
5. Você participa de atividades de formação (cursos, seminários, oficinas, etc)? O que é discutido/trabalhado nessas atividades? Que importância essas atividades têm na sua vida e na comunidade?
6. Quanto tempo você participa do grupo?
7. O que motivou a sua participação no grupo?
8. Quais as atividades que você participa no grupo? Quais as que você mais gosta?
9. O que mudou na sua vida e na comunidade depois da COOPERCUC?
10. Quais os ganhos econômicos/sociais ocorridos em sua vida depois da participação em uma atividade coletiva?
11. Como se dá a participação da comunidade nas atividades da cooperativa?
12. Qual a sua média de retirada anual? Em que é utilizado?
13. O que significa os ganhos adquiridos na cooperativa na renda da sua família?
14. Qual importância da cooperativa para a sua família? E para a comunidade?
15. Existem normas de convivência no grupo? Quais são?
16. Como foram construídas?
17. Quem participou do processo de construção?
18. Em quanto tempo elas são revisadas?
19. Quem faz o acompanhamento para que as normas sejam cumpridas?

20. O grupo se reúne? Qual a periodicidade? O que são decididos nessas reuniões?
21. Como é feita a coordenação do grupo?
22. Que infraestrutura de produção existe no grupo produtivo de sua comunidade? Como foi adquirida?
23. Como é a gestão dos bens coletivos?
24. Como os grupos produtivos participam na elaboração dos projetos e na articulação das parcerias externas?
25. O que você sente ao ver seu produto sendo comercializado para outros países? Você se vê nele?
26. Quais os aprendizados presentes na experiência?

ROTEIRO II – DIRETORES DA COOPERCUC, TÉCNICOS DA REDE SABOR NATURAL DO SERTÃO E DO IRPAA

1. Como surgiu essa experiência?
2. Como se dá a organização interna?
3. Que ações e projetos são desenvolvidos?
4. Quais as temáticas trabalhadas nas ações educativas da experiência?
5. Como é composta a coordenação? Como são tomadas as decisões? Como se dá a discussão das decisões com os grupos produtivos?
6. Como os membros dos grupos produtivos participam das decisões da cooperativa?
7. Quais as fontes de recursos?
8. Quais são os parceiros externos? De que forma apoiam a experiência?
9. Quais os benefícios e desvantagens das parcerias externas? Quais as ações apoiadas?
10. Como são discutidas as parcerias externas? Quem participa?
11. Como se dá o processo de produção da COOPERCUC?
12. Quais os principais produtos? Como é organizada a produção?

13. Como é realizada a comercialização? Em que espaços são comercializados os produtos?
14. Quais os canais de comercialização? Os custos cobrem as despesas?
15. Quais os desafios presentes no processo de produção e comercialização?
16. Quantas pessoas estão envolvidas na gestão da cooperativa? São remunerados para isso? Como? Qual o perfil dessas pessoas (gênero, raça, geração, grau de escolaridade)
17. Quais os maiores desafios enfrentados pela cooperativa? Quais as potencialidades apresentadas?
18. Com quem a Cooperativa/rede se articula?
19. Qual a relação da cooperativa com os órgãos públicos (municipal, estadual e federal)?
20. De quais fóruns e movimentos sociais a cooperativa/rede participa?
21. De que redes participa? Por que participar de rede?
22. Quais os principais desafios nas articulações em redes vivenciadas nessa experiência?
23. Quais os benefícios das articulações em redes para essa experiência?
24. Quais as principais bandeiras defendidas pela Cooperativa/Rede? De quais fóruns
25. Quais os aprendizados presentes na experiência?